

ANAIS POTIER PEIXOTO

A Função Dialética da Escola
Face às Aspirações Profissionais de Estudantes
das Últimas Séries do 1.º Grau

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Educação do Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná.

CURITIBA
1984

Às minhas filhas, esposo e
alunos que, na escola so-
frida do cotidiano, deixa-
ram-me *ser para aprender e,*
finalmente, *aprender a ser.*

AGRADECIMENTOS

O mundo das idéias e da ação são indissociáveis.

Eu não teria chegado ao final deste trabalho não fossem as muitas idéias apreendidas aqui e ali, nas aulas de todos os mestres da UFPR, nos livros consultados, nas trocas com os colegas de curso, no convívio com outros professores durante o exercício do magistério em escola pública. A todos esses criadores de idéias, os meus agradecimentos.

A dissertação não teria chegado a termo também, se essas idéias não fertilizassem na prática social com os meus alunos. A eles devo permanente gratidão.

A Prof^ª Dra Zélia Milléo Pavão, que orientou o trabalho e fertilizou a apresentação com sua lucidez e fé no poder transmutador da educação, deve a maior parte dos méritos que, por felicidade, merecer esta pesquisa.

A todos os demais amigos que me auxiliaram na coleta e interpretação dos dados, na revisão do texto e na datilografia e apresentação final, o meu muito obrigado.

A AUTORA

A educação dialética visa a formação do homem e da cultura *pele* trabalho e *para* o trabalho, para o exercício de uma atividade profissional (transformar o mundo e não apenas discursá-lo), partindo de uma cultura geral básica, igual para todos.

MOACIR GADOTTI

	PÁGINA
1. Introdução	32
2. O Adolescente e a Mobilidade Social	34
3. O Caráter da Lei 5692	37
4. As Habilitações Profissionais de 2º Grau para o Bra- sil	42
5. As Habilitações Profissionais de 2º Grau no Estado do Paraná	48
6. Habilitações Profissionais Implantadas em Curitiba..	49
A função Dialética da Escola	55
1. Escola e Mudança	56
2. Educação e Trabalho	62
A Pesquisa, Descrição, Resultados, Análise	65
A Investigação	66
1. Descrição	66
2. Os Resultados	66
3. Análise dos Resultados	69
4. Aspirações Profissionais dos Estudantes face às Pro- postas Legais	73
4.1 Lei 5692/71	73
4.2 Habilitações Implantadas em Curitiba	73
4.3 Deliberação 035/82, do CEE do Paraná	74
4.4 As Aspirações Profissionais dos Adolescentes face ao Mercado de Ofertas de Emprego	76
Discussão e Conclusões	80
1. Discussão	81
2. Conclusões	83

	PÁGINA
Proposta de Implantação de Trabalho Educacional de Equipe relacionado à Orientação, Aconselhamento e Informação Profissional aos Adolescentes	87
1. Introdução	88
2. Termos da Proposta	89
Notas de Referência	93
Anexos	100
Glossário	116
Referências Bibliográficas	119

LISTA DE QUADROS

QUADRO		PÁGINA
I	Matrículas no Brasil de 1973 a 1978	20
II	Matrículas no Brasil no período de 1977 a 1980 ..	21
III	Número de trabalhadores treinados no Brasil no período de 1974 a 1978	26
IV	Ocupações e habilitações aprovadas para o ano de 1984 pelo Conselho Estadual de Educação do Paraná	50
V	Habilitações profissionais de 2º Grau desenvolvidas em Curitiba de 1975 a 1982	52
VI	Aspirações profissionais de adolescentes de escola pública de 1º Grau.....	67
VII	Determinantes sociológicos das aspirações profissionais dos adolescentes	71
VIII	Número de escolhas profissionais conforme o grau de escolaridade	72

QUADRO	PÁGINA
IX Freqüência de habilitações de 2º Grau propostas institucionalmente comparadas às aspirações profissionais dos adolescentes	75
X Distribuição setorial da população brasileira economicamente ativa durante o período de 1940 a 1970	78

LISTA DE ANEXOS

ANEXO		PÁGINA
I	Ofertas de emprego em Curitiba em fins de 1983, sem exigência de escolaridade primária completa..	101
II	Ofertas de emprego em Curitiba em fins de 1983, com exigência de escolaridade primária completa..	105
III	Ofertas de emprego em Curitiba em fins de 1983, com exigência de 2º Grau completo	106
IV	Ofertas de emprego em Curitiba em fins de 1983, com exigência de 3º Grau completo	107
V	Ofertas de emprego em São Paulo em fins de 1983, sem exigência de escolaridade primária completa..	109
VI	Ofertas de emprego em São Paulo em fins de 1983, com exigência de escolaridade primária completa..	111
VII	Ofertas de emprego em São Paulo em fins de 1983, com exigência de 2º Grau completo	112

ANEXO		PÁGINA
VIII	Ofertas de emprego em São Paulo em fins de 1983, com exigência de 3º Grau completo	113
IX	Comparação dos mercados de empregos em fins de 1983 nas cidades de Curitiba e São Paulo, con- forme exigência de escolaridade	115

RESUMO

RESUMO

A pesquisa pretendeu comprovar a defasagem existente entre as reais aspirações profissionais de alunos das quatro últimas séries do 1º Grau de escola pública da periferia de Curitiba, com as habilitações profissionais propostas em anos anteriores, a nível de 2º Grau, pela legislação educacional.

O trabalho mostrou que essa defasagem existe até hoje, não ocorrendo afinidade entre as aspirações profissionais dos adolescentes com o elenco de habilitações de 2º Grau fixadas recentemente pelo Conselho Estadual de Educação.

Os resultados da investigação evidenciaram que as escolhas dos estudantes estão presentes, em sua grande maioria, no mercado de ofertas de emprego das cidades de Curitiba e São Paulo e que, obviamente, este mercado pouco tem a ver com as habilitações a serem implantadas ainda este ano nas redes de ensino público do Estado.

A pesquisa demonstra o alto interesse de ascensão social dos estudantes, evidenciado na predominância de opções por profissões de nível superior. Demonstra, ainda, outros determinantes sociológicos dessas aspirações: interesse finan-

ceiro; modismos culturais; influência da televisão; pressões familiares para que o adolescente passe a contribuir de imediato em seu orçamento; poder dos mitos juvenis e o natural altruísmo reformista da idade.

O trabalho conclui, ainda, pelo total desconhecimento dos estudantes sobre o universo de profissões que lhes pode e deve ser acessível e, decorrente desse fato, pela ausência de trabalho efetivo e regular de orientação do adolescente, capaz de realmente lhe permitir fazer a melhor opção profissional para si e seu meio.

Nessa linha, a dissertação discute a função dialética da escola, não negando-lhe a capacidade de reprodução dos valores das classes sociais mais favorecidas, mas reafirmando seu papel libertador no sentido de que, em conjunto, professores, diretores, supervisores, orientadores educacionais, pais e alunos, podem desenvolver amplo trabalho comunitário de adaptação da escola ao estudante,

Se a escola teve até aqui a tendência de reforçar os valores das classes sociais nas escolas públicas, é pertinente não esquecer que *tendência não é destino* e que a cada um compete a criação de sua vida e, a todos, o traçado da história.

Não se pretende que a educação assuma a responsabilidade exclusiva pela resolução dos problemas do País; agravados também por escolhas profissionais inadequadas e pela evasão escolar e antes da obtenção de qualificação mínima para o trabalho; mas acredita-se que ela, através de uma escola que trabalhe sobre as experiências e vivências do aluno, possa efetivamente responder aos interesses dos trabalhadores.

Portanto, compete à educação *legitimar o saber do aluno* presente nas escolas públicas e *fazer bem* o que a ele realmente interessa. Não apenas ensinar a ler, escrever e calcular, mas a pensar, discernir, criticar, sentir e agir. Nesse momento, a educação não escapará seu dever de intensificar a consciência humana, agenciar mudanças e preparar para os estudantes de suas escolas a virtual possibilidade de cada um, por si próprio, fazer para si e para a nação, a escolha profissional que melhor o integre como ser individual e social.

RÉSUMÉ

RÉSUMÉ

Cette recherche a voulu démontrer le décalage existant entre les vrais aspirations professionnelles des élèves des dernières quatre années du 1^{er} degré E'cole Publique de la banlieue de Curitiba et les habilitations professionnelles offertes les années précédentes au niveau du 2^{ème} degré par la législation educationnelle de 1971.

Ce travail a montré que ce décalage existe encore, de nos jours, et qu'il n'y a pas, non plus, d'affinité entre les aspirations professionnelles des adolescents et l'éventail d'habilitations du 2^{ème} degré fixé récemment par le conseil d'Etat de l'Education du Paraná.

Les résultats de l'investigation ont mis en évidence le fait que les choses les élèves sont toujours, dans leur majorité, présents dans le marché de travail de la ville de Curitiba et São Paulo.

Apandant, le marché a très peu ou rien à voir avec les habilitations qui seront introduites cette année même dans les réseaux de l'enseignement public de l'Etat.

Cette recherche démontre le somi d'ascension sociale

des élèves, car elle met en évidence les options pour les professions de niveau supérieur. Elle démontre encore d'autres à savoir: l'intérêt économique, la mode culturelle, l'influence de la télévision, les pressions familiales pour que l'adolescent participe le plus tôt possible du revenu de la famille; le pouvoir des mythes de la jeunesse et le naturel altruisme réformiste de cet âge.

Ce travail a encore conclu que l'adolescent méconnaît les professions existantes dans le marché de travail et auxquelles il peut et doit accéder. Ceci est dû au fait qu'il n'y a pas un travail effectif et régulier d'orientation vocationnelle ou professionnelle auprès de l'élève c'est-à-dire une orientation capable de lui permettre la meilleure option professionnelle pour lui - même et son milieu.

Dans ce sens, ce travail discute la fonction dialectique de l'école tout en ne niant pas sa fonction de reproduction de valeurs des classes sociales les plus favorisées mais, en reaffirmant son rôle libérateur de façon à ce que enseignants, directeurs, maîtres, conseillers d'orientation parents et élèves puissent développer un travail commun d'adaptation de l'école aux élèves.

Si l'école a eu jusqu'ici la tendance de renforcer les valeurs des classes sociales absentes des écoles publiques il est pertinent de ne pas oublier que: "tendance n'est pas égale à destin" et qu'il s'agit à chaque individu la création de sa propre vie et à tous, de faire l'Histoire.

Nous ne prétendons pas que l'éducation prenne en charge la responsabilité exclusive de résoudre les problèmes du Pays

lesquels ont été aggravés de qualifications minimales pour le travail, néanmoins, nous voyons que l'éducation, dans une école qui travaille avec les expériences et réels de l'élève puisse effectivement répondre les intérêts des travailleurs.

Cependant, il revient à l'éducation de légitimer le savoir de l'élève dans les écoles publiques et de bien faire ce qui est de son réel intérêt et non seulement de lui apprendre à lire, à écrire et à calculer mais de apprendre à penser, à discerner, à critiquer, à sentir et à agir.

A ce moment à l'éducation ne manquera pas son devoir d'intensifier la conscience humaine de promouvoir le changement et de préparer les élèves à la réalisation d'un choix professionnel adéquat à eux-mêmes et à la nation, de manière à ce qu'ils se reconnaissent comme être individuel et social.

INTRODUÇÃO

1. APRESENTAÇÃO

Uma análise assistemática e sumária das ofertas de emprego publicadas nos últimos dias de 1983 em jornais de Curitiba e São Paulo, evidencia de forma clara os quadros profissionais mais característicos da atualidade econômica no Brasil.

A grande maioria das ofertas de trabalho concentra-se no comércio e na prestação de serviços, induzindo o leitor à conclusão de que o novo estágio da estrutura das empresas brasileiras está a exigir trabalhadores de baixa escolaridade e mais ligados à comercialização, como vendedores, balconistas, caixas, demonstradores, etc. e a serviços imediatos, como datilógrafos, motoristas, vigias, recepcionistas, domésticos, auxiliares e outros, todos com algum treinamento e/ou experiência específicos.

Poucas são as ofertas de trabalho vinculadas à industrialização ou transformação de matéria-prima. Entretanto, ainda assim, prevalecem numericamente às ofertas de emprego para o setor primário da economia e, portanto, vinculadas à extração, pecuária e agricultura.

A maioria das ofertas de emprego para qualquer setor da economia - primário, secundário ou terciário - sequer faz, para a admissão do trabalhador, exigência de escolaridade mínima.

Deduz-se, pela natureza da maioria das ofertas, que, para o setor terciário, a conclusão do 1º Grau não é requisito indispensável (embora a experiência seja), com exclusão de fun-

ções - por sinal, raríssimas no mercado de ofertas do Paraná - como gerente de compras e vendas e administrador de recursos humanos, para as quais é necessária a conclusão do 2º e 3º Graus, respectivamente. Para o setor secundário, exige-se, por vezes, 1º ou 2º Graus completos, dependendo da função (desenhista de projetos, por exemplo) e para o setor primário, não há ofertas de emprego para funções modestas e as que existem estão freqüentemente ligadas aos cursos superiores de Engenharia e Agronomia.

Acresce, ainda, que para algumas funções dos setores secundário e terciário - industrialização no primeiro caso e notadamente prestação de serviços no segundo - os trabalhadores devem estar qualificados em cursos profissionalizantes de baixa escolaridade acadêmica, como são os casos dos fresadores, ferramenteiros, fotolitógrafos, torneiros (SENAI), taquígrafos, datilógrafos, auxiliares de escritório e outros (SENAC). Para o setor terciário, um número maior de ofertas de emprego está vinculado às habilitações profissionais de 2º Grau, atualmente não obrigatórias no País, como dispõe a Lei 7044, de 18 de outubro de 1982. Essas ofertas referem-se à necessidade de agrimensores, técnicos de saneamento, estradas, eletrotécnicos, contabilistas, secretários e professores para ensino pré-escolar.

Quanto às profissões de 3º Grau, a oferta de empregos é mínima e busca, em maior número, administradores de empresas, advogados, analistas de sistemas, economistas e médicos dispostos à interiorização.

Esse quadro de profissões (Anexos I a IX), atualmente

solicitado pelas condições econômicas nacionais, não tem sido eleito, como pretendemos comprovar no curso deste trabalho, pelos adolescentes das últimas séries da escola brasileira de 1º Grau, responsável por lei pela orientação e preparo dos estudantes para a iniciação ao trabalho (Lei 5692, de 11 de agosto de 1971).

Nem mesmo as habilitações constantes do elenco escolhido pelo Ministério da Educação e Cultura para eventual desenvolvimento e implementação nas escolas de 2º Grau, constituem aspirações profissionais dos estudantes das últimas séries do 1º Grau.

A análise dessas aspirações e dos elementos que as determinam entre os adolescentes brasileiros pressupõe-se fundamental neste momento histórico de vasta crise econômica e social por que passa o País, a fim de que se repense, mais uma vez, o papel da escola como fonte de solução, a médio e longo prazos, ao lado de tantas outras, das questões nacionais que, por sua gravidade, estão a exigir ações urgentes de profunda e extensa abrangência educacional.

2. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Os fatos e idéias anteriormente apresentados questionam, de certo modo, a contemporaneidade da Lei 5692, das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que pretendeu em 1971, e pretende, ainda, em 1984, a reforma do ensino.

Se o elenco das habilitações profissionais a nível de

2º Grau proposto pelo Ministério da Educação e Cultura não teve ao longo de todos estes anos condições institucionais de viabilização a nível de Governo e do empresariado nacional e se sequer está adequado, presentemente, às condições de mercado de trabalho do País e se, finalmente, as profissões de nível superior também não têm, no presente momento histórico, conquistado o competente espaço que lhes é devido, é oportuno, pertinente e necessário que se indague:

- como a escola brasileira de 1º Grau pode promover a adequação pessoal e social das aspirações profissionais dos estudantes de suas últimas séries?

3. DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS

O estudo tem por objetivos:

GERAL: explicitar o papel da educação como processo de equalização de oportunidades face à melhoria coletiva da qualidade de vida humana.

ESPECÍFICOS:

Primeiro - evidenciar os determinantes sociológicos das aspirações profissionais de estudantes brasileiros das quatro últimas séries do 1º Grau;

Segundo - propor estratégia curricular de ensino capaz de permitir aos estudantes escolhas profissionais conscientes e coerentes com a sua identidade pessoal e a realidade histórica e social.

4. DELIMITAÇÃO DO ASSUNTO

O presente trabalho pretende comparar as aspirações profissionais de 255 (duzentos e cinquenta e cinco) alunos de ambos os sexos da Escola Estadual de 1º Grau "Cecília Meireles", localizada em bairro da periferia de Curitiba, com as habilitações profissionais implantadas também em Curitiba em escolas públicas e particulares do 2º Grau de 1975 a 1982. Pretende, ainda, comparar essas mesmas aspirações profissionais com o elenco de habilitações profissionais fixado pela Deliberação 035/82, do Conselho Estadual de Educação do Paraná, em 19 de novembro de 1982 e que se instituiu efetivamente para o ano de 1984 e para todo o Estado em data de 19 de dezembro de 1983 através da Deliberação 045/83 do mesmo Conselho.

O trabalho busca, também, comparar as aspirações juvenis com o mercado de ofertas de emprego, veiculado em sete jornais diários da GAZETA DO POVO, de Curitiba, e três jornais dominicais da FOLHA DE SÃO PAULO, publicados nos últimos dias de 1983.

Como decorrência dessa pesquisa, pretende-se, ainda,

fazer o levantamento sociológico dos determinantes que incidem sobre essas escolhas.

5. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

O método escolhido para se realizar este estudo tem por objetivo conciliar o levantamento de dados compulsados na legislação dos Ministérios da Educação e Cultura e do Trabalho, a análise de redações de 255 estudantes das últimas séries de escola pública de 1º Grau localizada em Curitiba e a mostra de mercado de ofertas de emprego ocorrente nos últimos dias de 1983 em Curitiba e São Paulo.

O primeiro passo consistirá, portanto, em efetuar-se o levantamento de dados em publicações e documentos legais do Ministério da Educação e Cultura, notadamente do Conselho Estadual de Educação, e do Ministério do Trabalho, especialmente no que se refere ao Sistema Nacional de Formação de Mão-de-Obra e ao Sistema Nacional de Emprego.

O segundo passo se constituirá da análise de 255 redações de alunos de 5ª e 8ª séries da Escola Estadual de 1º Grau "Cecília Meirelles" sobre suas aspirações profissionais.

Por último, será feito levantamento assistemático das profissões em oferta de emprego e anunciadas na imprensa paulistana e de Curitiba.

6. DEFINIÇÃO DE TERMOS

O emprego de termos técnicos não só torna obrigatória a sua definição, como também que se os analise em função do estudo que se está desenvolvendo.

Assim, se, por um lado, pensa Otaiza ROMANELLI, a demanda pode exprimir-se em função das necessidades ocorrentes, é forçoso reconhecer, por outro lado, que nem sempre demanda e necessidade são contingentes¹.

Se "a necessidade é o estado de ser relacionado com o que é indispensável ou simplesmente útil ao desenvolvimento"². não se pode deixar de reconhecer que, paralelamente à necessidade, há sempre uma situação que expressa a relação dinâmica entre o ser e o objeto sentido como necessário e útil. "Essa relação coloca as necessidades humanas na dependência da situação social concreta em que vive o ser, donde se conclui que elas inexistem numa situação abstrata"³.

Tudo o que é sentido como útil ou necessário é percebido também como um bem, um valor. Portanto, ao conceito de necessidade liga-se o de bem, que, evidentemente, constitui "tudo quanto permite ao indivíduo satisfazer uma necessidade"⁴.

"Quanto à demanda, ela se define, na perspectiva econômica, como uma disponibilidade para adquirir bens. Está, pois, na dependência de fatores, como necessidade sentida e capacidade aquisitiva. A ele se liga a oferta expressa pela quantidade de bens que se colocam à disposição da demanda"⁵.

Na perspectiva social, a educação escolar é efetivamente uma necessidade geradora de uma dada demanda, por sua vez ca-

paz de determinar a oferta de escolas tanto em número, quanto em natureza de ensino: se ele é meramente acadêmico, atende às necessidades fundamentais do aluno, ou seja, contribui pa formação de sua personalidade e qualifica-o para a leitura, a escrita, o cálculo, a reflexão e a iniciativa. Se, também dirigido para o trabalho, atende o aluno tal quel já foi enunciado, propiciando-lhe, ainda, vivências, conteúdos e atividades capazes de evidenciar aptidões, despertar vocações, firmar aspirações profissionais e, finalmente, determinar seu livre e auto-encaminhamento profissional.

Essas escolhas se farão fatalmente dentro do amplo quadro das ocupações primárias, secundárias ou terciárias, assim classificadas em 1939 por A.G.B. FISHER⁶.

A produção primária é originalmente definida como abrangendo a produção agrícola, pastoril e de extração ou mineração.

A produção secundária compreende as indústrias de manufaturados e toda e qualquer transformação de matéria-prima.

Finalmente, a produção terciária consiste na comercialização, os transportes, as comunicações e a prestação de serviços.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

CAPÍTULO I

EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

1. PRESUPOSTOS TEÓRICOS

A prioritarização dos planos governamentais brasileiros sobre a educação básica, entendida desde o pré-escolar, centrada no 1º Grau, até a desejável, mas não mais obrigatória, terminalidade do 2º Grau, tem sido efetivamente realizada pelo Ministério da Educação e Cultura nos dias de hoje, sem dúvida alguma pressionada por inúmeras e diversificadas dificuldades, não apenas de natureza econômica, social e institucional, mas inclusive de ordem filosófica e, por decorrência, político-ideológica.

A acentuação prioritária do Governo sobre esses níveis constitui plataforma apoiada na idéia de que "o fator-chave de todo o desenvolvimento econômico brota da mente humana"⁷ e, por fim, de que a educação é o mais vital de todos os recursos.

Na verdade, parece já se ter tornado consensual em todo o mundo que o desenvolvimento dos países depende não apenas do capital e do trabalho, mas também "*do fator humano, correspondente à organização e à capacidade profissional e técnica*"⁸.

Assim, o ensino é universalmente interpretado como um investimento econômico privilegiado e da mais alta importância para os destinos nacionais. Esta postura, evidentemente, "pretende recuperar a dimensão social e política mais profunda da educação em todos os seus níveis, principalmente em relação aos seus ideais de equidade e justiça social"⁹.

Claro está que esse investimento, para efetivar-se de modo produtivo, precisa de um planejamento educacional cuidadoso e formar profissionais bem preparados e realmente necessários ao desenvolvimento nacional.

Além disso, o ideal da educação funcional supõe a integração do sistema de ensino às atividades para as quais as pessoas se destinam.

Raramente, porém, essa correspondência existe e as razões para isso são múltiplas.

Uma delas é a própria tendência dos sistemas de ensino para desenvolverem a educação geral, em nome da igualdade de oportunidades, e não a formação específica. Depois, existe um vastíssimo "time-lag" entre o mundo da escola e o mundo do trabalho. Em sociedades em transformação é praticamente impossível prever e proporcionar aos estudantes os conhecimentos que lhes serão necessários muitos anos mais tarde, quando tratarem de buscar uma atividade profissional¹⁰.

Se essa dificuldade é, como se pode deduzir, bastante vasta quanto ao conteúdo do ensino, ela tem dimensões ainda maiores do ponto de vista quantitativo, uma vez que não há como prever adequadamente a demanda do mercado de trabalho para os diversos universos profissionais que se formarão nos próximos anos.

Outra grande razão para a ausência de correlação e inte-

gração do sistema de ensino com as atividades profissionais futuras que os estudantes deverão de exercer é justamente a preservação do direito humano de se fazer escolhas profissionais sem induções mercadológicas.

A esse propósito, sabe-se que a educação de uma nação pode ser administrada de acordo com dois princípios básicos: o *princípio dos recursos humanos*, cujo objetivo precípua é o de produzir o contingente certo de pessoas para as várias profissões necessárias à economia do país; e o *princípio da livre escolha*, que tem por objetivo oferecer educação em resposta às escolhas feitas pelos estudantes¹¹.

No Brasil, de acordo com o segundo princípio, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional fixa como intrínseca a condição humana do educando "o desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização"¹².

Além disso, a partir de 1930 e, agora mais recentemente, nos anos 60, a expansão do ensino no Brasil tem se acentuado sensivelmente, dado o crescimento da demanda social de educação, resultante, por sua vez, do notável crescimento populacional dos últimos anos e da crescente intensificação do processo de urbanização.

Esses crescimentos, obviamente não planejados, mantêm, nos dias de hoje, a histórica defasagem do ensino brasileiro face às necessidades pessoais do estudante e às necessidades nacionais de desenvolvimento.

2. EXPANSÃO DO ENSINO NO BRASIL

Ainda que fundamentado num ideário humanista de educação a expansão do ensino no País tem sido de extrema precariedade tanto em seu aspecto quantitativo quanto em seu aspecto estrutural.

A oferta insuficiente de escolas e o baixo rendimento escolar dizem respeito ao primeiro caso. Quando ao segundo, a cada dia parece aumentar mais a inadequação entre o sistema educacional, de um lado, e a expansão econômica necessária ao País.

Não obstante a defasagem, nos anos posteriores à Revolução de 1964 e anteriores à recessão econômica por que presentemente passa o Brasil, o Governo reforçou o imperativo de a escola constituir-se, no conjunto dos esforços nacionais para o desenvolvimento, uma força efetiva capaz de, virtualmente, provocar mudanças sócio-culturais relevantes.

Mas educação para o desenvolvimento, numa realidade complexa, como é a brasileira, não é, teoricamente, filosofia fácil de se formular, nem, no cotidiano, prática social despida de extrema complexidade, já que implica em pensar a educação e sua práxis num contexto social marcado por profundos desníveis. "E pensar a educação num contexto é pensar esse contexto mesmo: a ação educativa processa-se de acordo com a compreensão que se tem da realidade social em que se está imerso"¹³.

Assim, é indispensável considerar, entre outros fatores, a nossa herança cultural que, sem dúvida, tem influência direta sobre os objetivos perseguidos pela demanda escolar; os ru-

mos que a economia tem tomado, criando, por decorrência, novas necessidades de qualificação profissional e a expansão da educação escolar.

Em sua análise do sistema educacional brasileiro, em 1960, Florestan FERNANDES assinalava:

É certo que a República falhou em suas tarefas educacionais. Mas falhou por incapacidade criadora: por não ter produzido os modelos de educação sistemática exigidos pela sociedade de classes e pela civilização correspondente, fundada na economia capitalista, na tecnologia científica e no regime democrático. Em outras palavras, suas falhas provêm de limitações profundas, pois se omitiu diante da necessidade de se converter em Estado *educador*. (...) Sempre tentou, não obstante, enfrentar e resolver problemas educacionais tidos como graves, fazendo-o naturalmente segundo forma de intervenção ditada pela escassez crônica de recursos materiais e humanos. Isso explica porque acabou dando preeminência às soluções educacionais vindas do passado, tão inconsistentes diante do novo estilo de vida e das opções republicanas, e porque simplificou demais a sua contribuição construtiva, orientando-se no sentido de multiplicar escolas invariavelmente obsoletas em sua estrutura e organização, e marcadamente rígidas em sua capacidade de atender às solicitações educacionais das comunidades humanas brasileiras¹⁴.

A partir da Revolução de 1964, entretanto, o Governo passou a interpretar suas funções educacionais de modo essencialmente diferente, propondo-se a converter a educação em real agência de mudanças sociais.

Pretendia-se, então, assegurar o rendimento do sistema de ensino por um mínimo de coerência interna e externa, expressando-se a sua dinâmica objetiva por uma readaptação constante de sua práxis e por uma conseqüente participação ativa no desenvolvimento nacional.

O que se objetivava em última instância, era possibilitar à educação condições

de transformar a demanda potencial em demanda efetiva de educação, seja pela elasticidade da oferta que ela proporciona, seja pela real integração do sistema educacional num sistema global de desenvolvimento, com o conseqüente equilíbrio entre a qualificação profissional e as necessidades do sistema de produção. Nessa perspectiva, a garantia de trabalho que a qualificação dada pela escola oferece é a pedra de toque da motivação concreta da população para a procura de educação escolarizada, o que também ocorre para que o sistema de educação, criando a procura efetiva, acabe por criá-la e orientá-la na direção em que exige o desenvolvimento global¹⁵.

Com efeito, a escolaridade formal brasileira passou, nesses anos até início de 1980, a representar uma inversão produtiva de capital humano e um estímulo ao crescimento econômico.

Para conquistá-lo, o Governo implantou a orientação para o trabalho a nível de 1º Grau e o ensino profissionalizante a nível de 2º Grau, de caráter terminal e compulsório.

Em 11 de agosto de 1971, fundamentada na premissa de que educação é investimento, foi sancionada a Lei 5692, das Diretrizes e Bases da Educação Nacional que, em linhas gerais, reforma o ensino de 1º e 2º Graus, tornando-os virtualmente capazes de promover a interação entre educação e desenvolvimento econômico, educação e trabalho, educação e recursos humanos.

O propósito da educação, tal como vem estabelecido textualmente, era fornecer aos estudantes de 1º Grau uma iniciação ao trabalho e a profissionalização coercitiva a nível de 2º Grau.

O que se buscava, entre outros objetivos, era "reestruturar o sistema financeiro da educação secundária e repensar a sua natureza de modo a torná-la um valor terminal e não meramente um valor transacional para a Universidade"¹⁶.

Buscava-se implantar a profissionalização com vistas a atender as necessidades da realidade brasileira, carente de técnicos, e também estabelecer a convergência entre o velho ensino secundário acadêmico e o ensino profissional, na tentativa de atenuar a dicotomia estrutural nascida da sociedade estratificada¹⁷.

Entretanto, ambígua na sua proposição, tanto nos textos legais quanto na política educacional que a norteou, a proposta profissionalizante não conseguiu suscitar o interesse nem a confiança dos secundaristas, não representando, portanto, as aspirações do estudante de nível médio em geral¹⁸, que a sentiu mais como um reforço da estratificação social e da elitização do 3º Grau.

Além disso, as habilitações propostas não raro deixaram de concretizar-se, dada a falta de recursos financeiros, materiais, instrumentais e até mesmo por falta de recursos humanos habilitados.

Não tendo alcançado os objetivos a que se propunha com a profissionalização compulsória de grau médio e também por ter o Brasil entrado em processo econômico recessivo, com consequente redução de oferta de empregos em todos os setores de produção da economia, a Lei 5692 teve alguns de seus dispositivos alterados em 18 de outubro de 1982 através da Lei 7044: a preparação para o trabalho, como elemento de formação inte-

gral do aluno, permanece obrigatório tanto no 1º quanto no 2º Grau. Entretanto, para este último, as habilitações profissionais não têm caráter compulsório¹⁹.

A nova lei atribui aos Conselhos Estaduais autonomia para fazer a escolha de habilitações profissionais que atenda às peculiaridades regionais e possibilita que a sua viabilização possa ser concretizada "em regime de cooperação com empresas e outras entidades, públicas ou privadas"²⁰.

Face a atualização da Lei 5692 não só diante da estrutura econômica do momento brasileiro, mas inclusive da recusa dos estudantes aceitarem a compulsoriedade de habilitações por eles são escolhidas e até mesmo sequer conhecidas, a reorganização do ensino médio e o aumento da produtividade pedagógica pela melhor formação do magistério diante de uma demanda escolar que se amplia a cada dia em todos os níveis são, atualmente, os alvos prioritários do Ministério da Educação e Cultura.

Através deles, pretende-se a melhoria da qualidade do ensino pré-escolar e sobretudo do 1º Grau, com vistas a melhor preparar os alunos para o desenvolvimento de uma vida pessoal e social humanizada e, em específico, melhor prepará-los para escolhas vocacionais mais adequadas à sua individualidade.

Espera-se, entretanto, que, salvaguardada a liberdade de cada um na escolha de sua profissão, haja, em breve, um mecanismo de mercado que corrija, a médio prazo, o afastamento dos sistemas de ensino em relação ao mercado de trabalho.

3. RELAÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO E TRABALHO

Ao se estudar o problema das relações entre o desenvolvimento e a educação, tem sido muito comum limitar o conceito de desenvolvimento ao seu exclusivo aspecto econômico e os indicadores que mais se evidenciam nessa relação são os referentes à economia.

Costuma-se tratar o problema das necessidades do desenvolvimento, maximizando as necessidades criadas pela expansão econômica. É por isso que, quando se fala em necessidades educacionais do desenvolvimento, geralmente se pensa em necessidades de qualificação de recursos humanos²¹.

Entretanto, numa visão mais humanista de educação e desenvolvimento, educação não é a mera transmissão de valores, normas e habilidades de uma geração para outro, mas sobretudo um recurso extraordinário de evolução humana, que contribui, ou deveria contribuir, para a assunção, pelos homens, de uma existência fundamentada em valores essenciais, tais como a autenticidade, a liberdade, a justiça, o trabalho como fonte de auto-realização social, a verdade, o amor e a reverência pela Vida.

Certamente, nesta linha de pensamento e ação, o desenvolvimento define-se como o processo mais legítimo de salvaguarda dos direitos humanos.

O ideal almejado para este novo homem é o seu desenvolvimento integral como indivíduo, cidadão, como *produtor* e *inventor*²².

O homem torna-se, assim, recurso e fim. "Como recurso, ele é entendido *recurso para si próprio* e não para nada exte-

rior a ele, já que ele próprio é o seu fim"²³.

E isto é, inevitavelmente, condicionado por fatores estruturais. E é exatamente aí que o desafio à educação se instala de maneira absolutamente definitiva: como conciliar o homem que aspira a sua plenitude de ser e o homem produtivo?

No Brasil, as dificuldades da integração da escola com o trabalho tem, ao longo do tempo, várias causas, das quais a principal é que, apesar da expansão do ensino, a clientela escolar concludente continua sendo constituída por estudantes de melhor nível social.

A propósito, os indicadores sociais dos cinco últimos anos da expansão econômica no País - de 1973 a 1978 -, dão o seguinte quadro:

QUADRO I - Matrículas no Brasil de 1973 a 1978

INDICADORES	1973	1978	AUMENTO
Matrículas no ensino de 1º Grau (milhões)	18,5	21,5	16%
Matrículas no ensino de 2º Grau (milhões)	1,4	2,5	79%
Matrículas de ensino de 3º Grau (milhões)	0,8	1,2	50%
Conclusões de cursos de pós-graduação (mil)	2,6	5,1	90%
Taxa de alfabetização (% sobre pessoas de 15 anos ou mais MOBRAL)	76	86	-
Grau de escolarização no 1º Grau (% na população)	71	76	-
Trabalhadores treinados pelo Sistema de Formação de Mão-de-Obra	513	3300	543%

Fonte: FURTADO, 1979.

O exame desses dados indica que o crescimento de matrículas no 1º Grau era praticamente igual ao crescimento da densidade demográfica no País; que a relação entre os matriculados no 2º Grau e os no ensino de 3º Grau era de 1:2; que o número de analfabetos, segundo o MOBRAL, estava a decrescer e que o incremento do treinamento dado aos trabalhadores através do Ministério do Trabalho e dos incentivos fiscais estimuladores do treinamento em serviço, foi naquela época, absolutamente extraordinário.

Com a recessão econômica iniciada em 1979, o número de matrículas nos três níveis permaneceram quase estáveis, com a ascensão mínima, enquanto o número de conclusões dos cursos pós-graduados aumentaram sensivelmente. Esses dados, fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística referem-se apenas aos anos de 1979-1980, (Quadro II). Não há dados dos últimos três anos com referência a esses indicadores, assim como também não existem dados oficiais sobre eventuais treinamentos de mão-de-obra em serviço nos últimos cinco anos.

QUADRO II - Matrículas no Brasil no período de 1977-1980

INDICADORES	1977	1978	1979	1980
Matrículas no 1º Grau	18.663.823	18.737.184	18.762.374	-
Matrículas no 2º Grau	2.051.780	2.189.124	2.167.213	-
Matrículas no 3º Grau	-	1.225.557	1.311.799	1.377.286
Matrículas nos cursos de pós-graduação	-	24.091	26.390	29.296
Conclusões de cursos de pós-graduação	10.219	13.254	10.818	-

Fonte: IBGE/MEC, 1981.

As dificuldades de integração da escola com o trabalho não são devidas apenas ao fato de a clientela escolar dos níveis mais avançados pertencer a classes sociais privilegiadas²⁴. Há outras razões:

- a ocorrência de preconceitos contra o trabalho manual;
- a ausência de cultura geral dos docentes das escolas profissionais e dos mestres das empresas que reconhecem a importância do treinamento em serviço;
- o custo elevado da formação profissional que, por inexecutável em termos de recursos públicos, não permite à escola brasileira assumir a responsabilidade de profissionalizar adequadamente, inclusive por não ter condições de acompanhar o ritmo de desenvolvimento das empresas na renovação constante de seus equipamentos;
- a origem histórica das escolas profissionais brasileiras - os antigos liceus de artes e ofícios -, que surgiram como fruto da assistência social e/ou religiosa ou de instituições militares.

Esse conjunto de fatores, mais o desinteresse dos secundaristas pelas habilitações profissionais propostas pela Lei 5692, acabou por empobrecer ainda mais a educação geral nos últimos anos, o que veio resultar numa inadequação global da escola brasileira, muito embora a lei pretendesse "servir à difusão de um humanismo que (atendesse) às necessidades de nossa época eminentemente tecnológica"²⁵.

Visto, por outro lado, que o humanismo também inclui necessariamente o elemento tempo, no sentido de que o homem não vive em condições abstratas, mas uma civilização tributária também do tempo, nada mais natural que, em nossa época, a escola deve estar sempre a serviço da transmissão de uma visão do mundo pertinente, que se voltasse para uma nova compreensão dos dados que definem agora a existência humana. Sob este ângulo, humanismo é mais visão do mundo, atitude construída diante dele e menos conteúdo programático, que por si só não representaria este humanismo ou levaria a ele²⁶.

O que se pretendia, entretanto, em 1971, com a Lei 5692, era que a educação profissionalizante não se limitasse ao conhecimento técnico ou que todas as escolas brasileiras se transformassem em escolas técnicas. O que se desejava era "algo mais amplo, mais exequível e mais útil para levar o adolescente à melhor compreensão do mundo em que vive"²⁷, ao mesmo tempo em que seria fornecida uma base bastante ampla de conhecimentos com os quais lhe fosse possível readaptar-se às constantes mutações do mercado de trabalho num País em desenvolvimento.

A respeito, a Conselheira Terezinha SARAIVA diz no Parecer 76/75:

Distinguimos o que chamamos de treinamento profissional: uma formação profissionalizante que poderia ser específica, dada essencialmente a nível de 3º Grau; e uma formação profissionalizante básica, que teria caráter geral, e que se proporia inserir o jovem no contexto do humanismo do nosso tempo, a ser concretizada eminentemente a nível de 2º Grau. Com isto, ter-se-ia ocasião de sedimentar inúmeras aberturas profissionais específicas. Esta última possibilidade de treinamento profissional de jovens com disponibilidade de conhecimento para uma ampla gama de aquisição de técnicas profissionais parece atender às necessidades de tornar menos complexo o regime de cooperação com as

empresas, visto que o jovem adquiriria na escola os amplos princípios de formação profissional e não levaria para a empresa os vícios de uma formação específica, por vezes distorcida em relação às atividades que irá efetivamente exercer. De outra parte, visto que as características desta educação profissionalizante básica, conduziram o jovem ao domínio dos problemas básicos em que se inserirão suas cogitações de ordem profissional, não seria também tão sentida a carência de informações sobre as necessidades do mercado de trabalho, visto que, na empresa é que ele completaria, quando necessário, o conhecimento das técnicas específicas de uma habilitação profissional²⁸.

No entanto, dadas as várias causas já nomeadas e impeditivas da integração escola e trabalho, o Ministério do Trabalho tomou para si, já no Governo Geisel, a incumbência da preparação de mão-de-obra para o desenvolvimento.

Contudo,

Ao examinar suas atribuições quanto à preparação de mão-de-obra para o desenvolvimento deparou com uma realidade absolutamente clara: há dois caminhos que devem agir em conjunto para a promoção humana: o da educação e o do trabalho. A meta *emprego*, sublinhe-se desde logo, constitui-se no eixo fundamental de todos os programas governamentais dos povos evoluídos e será inteiramente carente a educação que não possibilite facilidades para que o homem se realize no exercício de uma profissão²⁹.

A Lei 6297, de Incentivos Fiscais ao Treinamento, que possibilita o desconto em dobro das despesas efetuadas pelas empresas com o treinamento de seu pessoal, até o limite de 10% do lucro tributável, veio, então, abrir amplas perspectivas para a organização das empresas face ao treinamento profissionalizante, ampliando ainda mais o postulado básico da *educação permanente*.

Antes, em 1974, criava-se a Secretaria de Mão-de-Obra SMO - órgão central de direção superior, com a finalidade de promover a execução de programas de formação profissional, além de estudar, analisar, orientar, coordenar, controlar e supervisionar as atividades relacionadas com a preparação da mão-de-obra para o mercado de trabalho.

Ainda em 1974, o PIPMO - Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra, até então vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, passou a subordinar-se ao Ministério do Trabalho.

Também em 1974, os Serviços Nacionais de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Comercial (SENAC), antes autônomos, passaram a vincular-se ao Ministério do Trabalho e, finalmente, em 31 de março de 1976, o Decreto nº 77354, criava o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), com a finalidade de organizar e administrar programas de formação profissional rural.

Assim, constituiu-se o Sistema Nacional de Formação de Mão-de-Obra que, em cinco anos treinou profissionalmente quase treze milhões de trabalhadores em todo o País (Quadro III).

QUADRO III - Número de trabalhadores treinados no
Brasil no período 1974-1978

ENTIDADES	1974	1975	1976	1977	1978
PIPMO	221.758	297.888	452.087	452.702	450.000
SENAI	415.836	4.434.251	555.480	561.114	580.000
SENAC	396.362	459.552	589.730	721.011	778.815
SENAR	-	-	-	226.099	310.000
EMPRESAS	-	-	452.129	1.497.007	1.600.891
TOTAIS	1.033.956	1.191.691	2.049.426	3.457.333	3.718.813
TOTAL GERAL	12.451.219				

Fonte: Ministério do Trabalho, 1979,

Com a recessão econômica iniciada em 1979, não mais se publicaram dados a respeito desses programas.

Antes, porém, de iniciar-se esse processo, foi instituído em 1975 o SINE - Sistema Nacional de Emprego -, com as seguintes funções:

- organizar o sistema de informações e pesquisas sobre o mercado de trabalho, capaz de subsidiar a operacionalização da política de emprego, a nível local, regional e nacional;
- implantar serviços de colocação em todo o País, necessários à organização do mercado do trabalho;
- identificar o trabalhador, por meio da Carteira de

Trabalho e Previdência Social, como participante da comunidade brasileira do trabalho;

- propiciar informação e orientação aos trabalhadores quanto à escolha do seu emprego;
- prestar informações ao mercado consumidor de mão-de-obra sobre disponibilidade de recursos humanos;
- fornecer subsídios ao sistema educacional e ao sistema de formação de mão-de-obra para a elaboração de suas programações;
- estabelecer condições para a adequação entre a demanda do mercado de trabalho e a força de trabalho em todos os níveis de capacitação.

Assim, o SINE, entre outras realizações, fez um cuidadoso levantamento das ocupações existentes no Brasil e publicou a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO -, oficializada para uso em todo o território nacional.

Entretanto, a maioria das mais de 3.000 ocupações classificadas pelo SINE não é do conhecimento dos estabelecimentos regulares de ensino formal, com exclusão de grande parte das ocupações de nível universitário. As demais, que exigem treinamento apenas a nível de 1º e 2º Graus e, muitas delas, sequer de 1º Grau completo, não são conhecidas do grande público ³⁰.

Entre essas, figuram o metrologista, o agente de defesa florestal, o operador de teleimpressores, o agente de movimento de ferrovias, o supervisor de vôo, o controlador de tráfego aéreo, o classificador postal, o estoquista, o balanceiro,

o despachante aduaneiro, o codificador de dados, o kardexista, o corretor de títulos e valores, o leiteiro, o frentista, o vistoriador de sinistros, o ecônomo, o ramicultor, o viveirista agrícola, o viveirista florestal, o enxertador, o inseminador, o castrador, o sexador, o cubador, o carvoejador, o timoneiro, o detonador, o amostrador de minérios, o moleiro, o salineiro, o sondador de poço de petróleo e gás, o plataformista, o torrista, o forneiro metalúrgico, o fundidor, o lingotador, o trefilador de metais, o macheiro, o operador de zinca-gem, o galvanizador, o oxidador, o escafador, o fosfatizador, o cilindreiro, o prensista, o dessulfurador, o drageador, o descarnador, o curtidor, o magarefe, o esterilizador, o defumador, o pasteurizador, o malteiro, o lagareiro, o refinador, o fermentador, o hidrogenador, o charuteiro, o folheador, o maquetista, o marcheteiro, o chapeador, o lapidador, o engastador, o soprador de vidro, o moldador de lentes, o biselador, o espelhador, o extrusor, o bamburista, o vulcanizador, o cartonageiro, o eletrotipista, o estereotipista, o telhador, o parqueteiro, o calceteiro, o calafetador e muitas outras ocupações desconhecidas para a maioria das escolas de 1º e 2º Graus.

Segundo o próprio Ministério do Trabalho, existe à disposição do sistema regular de ensino de cada escola, desde as municipais até as que preparam recursos humanos a nível nacional, um imenso manancial de informações capazes de orientar os currículos, adequar as programações à realidade da região e do País e subsidiar os professores de todos os graus de ensino³¹.

Mais uma vez tornaram-se procedentes as indagações se-

guintes:

- pode e/ou deve a escola exercer sobre o aluno, grau de influência capaz de canalizar sua pessoa para determinados tipos de trabalho favoráveis mais ao desenvolvimento nacional?
- deve o aluno ter plena liberdade de escolha?
- basta ao Estado dar as informações e deixar a escolha livre?

Acreditamos, com Howard R. BOWEN que,

do ponto de vista econômico e moral, deveríamos apoiar um sistema educacional que continue e amplie a tradição de responder à livre escolha dos estudantes. Um tal sistema não só acomodaria os estudantes nos grupos etários convencionais, mas também proporcionaria, de forma ampla, segundas oportunidades para aqueles estudantes que tivessem errado nas decisões juvenis ou que quisessem educacional adicional no decorrer de suas carreiras profissionais. O número de lugares em vários programas e no sistema total seria estabelecido em resposta às escolhas estudantis, não em resposta a duvidosas projeções do mercado de trabalho³².

Tratar dessas questões é tratar, sem dúvida, do problema da liberdade.

Na verdade, "o valor essencial do homem consiste em que, cada um, é um fenômeno que não se repete, capaz de resolver um projeto de vida: a personalidade jurídica é o reconhecimento dessa liberdade única"³³.

À educação compete, mais que tudo, a preservação destas liberdades humanas.

Entretanto, "a liberdade não é um fim em si, mas também

um meio. É também um fim, mas um fim intravalente e não radicalmente absoluto. Significa que *o homem é livre não para ser livre, mas para ser homem*"³⁴.

Nessa linha de pensamento, o profissional, por ser profissional, não é um homem inteiro se não colocar o seu trabalho à disposição da construção de um mundo melhor. Nenhum homem se faz inteiro, nenhum homem se põe no uso de sua totalidade humana se fruir de suas capacidades úniada e exclusivamente para si próprio.

O homem só se faz inteiro e só se faz homem na medida em que o seu centro e o seu sentido são os outros homens.

Daí a importância da educação, não como geradora de conhecimentos e habilidades, mas sobretudo como processo axiológico capaz de intensificar a consciência.

Nesse sentido, vale analisar as características de desenvolvimento da adolescência, suas aspirações profissionais e o que a legislação educacional brasileira pretende fazer no sentido de atender seus interesses.

ADOLESCÊNCIA, ASPIRAÇÕES
PROFISSIONAIS E TRABALHO

CAPÍTULO II

ADOLESCÊNCIA E TRABALHO

1. INTRODUÇÃO

A adolescência é uma fase do desenvolvimento humano caracterizada marcadamente pela incerteza, as contradições e os conflitos.

Fascinado com a própria identidade, o adolescente é um inquieto que busca em meio a múltiplas indefinições sua autonomia pessoal.

Fora do lar, o adolescente luta, também aí, pelo direito de ser ele próprio. Aparecem os interesses vocacionais, o desejo de qualificar-se profissionalmente, de trabalhar e prover a própria existência, distante de qualquer direção exterior, e de completar-se afetivamente. Desejosos de conquistar o *seu* lugar no mundo, o rapaz e a mocinha se interrogam febril e incansavelmente sobre as origens e o destino da humanidade. Como estas, outras mil e uma perguntas sem respostas acumulam a ambos de dúvidas, preocupações e ansiedades. A existência da divindade ou de uma força cósmica que determine os destinos do homem e do universo, é discutida com tenacidade, temor e sofrimento. Também o são os problemas sociais, o amor, a justiça, a morte, a vida e a imortalidade³⁵.

O impulso que leva o adolescente à auto-reflexão é sempre e invariavelmente carregado de profunda emoção, o que vem demonstrar um intenso sentimento de dignidade pessoal. Nesse momento, ele se propõe objetivos que persegue com tenacidade, inicialmente para provar a si mesmo do que é realmente capaz e, depois, para viver a própria vida³⁶.

Essa imperiosa necessidade de auto-afirmação pessoal, social e profissional acaba por originar comportamentos e projetos de vida às vezes incoerentes com as reais possibilidades do adolescente e até mesmo bastante excêntricos, provocando crises, ou de rebelião contra os padrões instituídos ou de originalidade pura e simples, crises essas sem dúvida alguma "deflagradas pela extrema dificuldade que o jovem tem para distinguir seu *eu* mais profundo do seu *eu* superficial"³⁷.

"É a consciência de si que imprime coerência à personalidade"³⁸. E é exatamente nesse sentido a medida que "a adolescência é um período de busca intensa, de interrogação permanente e de insuspeitados temores e inquietações. É o *ser* descoberto *agora* em toda a sua plenitude e possibilidades que se procura e se analisa para melhor compreender-se e interagir com os outros"³⁹.

Nessa busca, o adolescente reage contra os valores e a estrutura da sociedade em que vive e que não lhe dá qualquer direito de agir e participar em seus destinos e siquer no seu próprio, embora dele exija opções múltiplas e definitivas⁴⁰.

Seus conflitos com a família, a escola, a religião, as instituições gerais, o induzem criar mil e uma teorias reformistas e "estas reflexões que unem o *eu* ao social levam-no a

esboçar incontáveis projetos e programas de vida". Neste particular, seu problema vocacional torna-se aflitivo: é preciso decidir-se o quanto antes sobre a profissão que o atenda melhor tanto quanto aos interesses pessoais, quanto à sua necessidade de uma prática social realmente significativa.

Entretanto, essa questão é agravada não raro pelas aspirações familiares, os modismos profissionais, a influência dos mitos com os quais se identifica o adolescente e, finalmente, pela ausência de programas efetivos de formação para o trabalho e de informações profissionais.

2. O ADOLESCENTE E A MOBILIDADE SOCIAL

Para a maioria das pessoas, o sucesso profissional constitui a via de acesso a classes sociais mais altas que a sua origem.

Tem sido quase regra geral que os pais induzem os filhos a fixar metas altas e a desenvolver valores que guiarão suas escolhas profissionais. Geralmente, pretendem os pais que os filhos sejam exatamente o que não puderam ser nem conquistar.

Alguns estudos, porém, têm indicado que as aspirações familiares condizem relativamente pouco com as aspirações do adolescente. Na maior parte das vezes, essas aspirações se afinizam quando pais e filhos também têm entre si uma satisfatória afinidade. É comum encontrar-se filhos desejando ser médicos ou cientistas sociais quando seus próprios pais são tam-

bem médicos ou cientistas sociais. Também em classes economicamente desfavorecidas, encontra-se adolescentes que desejam ser "unicamente trabalhadores", tal e qual seus próprios pais⁴¹.

Escolher a profissão constitui, na maior parte das vezes, optar por um projeto de ascensão social, justamente por influência do grupo parental ou em função dos mitos eleitos.

Hoje, no Brasil, é bastante comum entre os adolescentes da classe média desejar ser artista de cinema, teatro e televisão. Também é freqüente, sobretudo nas classes menos privilegiadas, o desejo dos adolescentes tornarem-se sambistas e jogadores de futebol⁴².

Muitos adolescentes, impulsionados pelo desejo de mobilidade social, interessam-se sobretudo por profissões que lhes assegurem o sucesso econômico e não as que, por aptidão, possam conduzi-los a satisfações pessoais. "Os que desejam subir na escala social consideram a educação como um instrumento para a mobilidade social e não como um instrumento de escolaridade. Aceitam os padrões da classe média, conformam-se a seus companheiros de uma classe mais alta e buscam vencer a tendência sem muito esforço pessoal"⁴³.

Paralelamente a esses jovens cujas escolhas profissionais são feitas por motivos externos e quase sempre distantes de suas aptidões mais promissoras, existem muitos outros que não abdicam de sua vocação e enfrentam o futuro, confiando que destinam-se a fazer o que gostam, serão agentes de maior utilidade existencial para a sociedade.

Outros tantos fazem escolhas profissionais que acreditam estar mais próximos do significado que pretendem imprimir

à sua vida: escolher pelo sacerdócio, por exemplo, seria uma forma de assumir em si toda a humanidade.

Como se pode perceber, falta ainda muita maturidade às escolhas profissionais do adolescente. Constatações empíricas mostram que "na maior parte das vezes o trabalho que os meninos escolhem representam avanços modestos sobre a posição do pai e são trabalhos com os quais os meninos já tiveram algum contato pessoal⁴⁴.

Mais da metade de uma amostra de 1.045 meninos citou cargo profissional ou semiprofissional que desejava seguir, enquanto apenas 1 em 14 acreditava que seu futuro estava em trabalho semiespecializado ou não especializado. Dessa amostra, uma maioria significativa não tinha planos vocacionais claros ⁴⁵.

Um outro estudo concluiu que mesmo estudantes de 19 ano de faculdade não têm idéia definida do que realmente querem fazer profissionalmente ⁴⁶.

Praticamente, todos os estudos de preferências ocupacionais dos adolescentes mostram uma alta percentagem de carreiras que exigem curso superior, o que vem demonstrar uma falta de auto-avaliação adequada, uma vez que muitos dos que selecionam profissões que requerem cursos universitários não se qualificam intelectual e culturalmente para isso.

O interesse por ocupações "glamourosas" e de prestígio tem sido grande nos últimos anos: modelos fotográficos, manequins, pilotos de corridas, atores, compositores, cineastas e instrumentistas têm sido escolhas comuns, sobretudo por influência da televisão.

Afinal, mais do que qualquer outro veículo, "a televisão lida com a impressão de realidade"⁴⁷ e isto, obviamente, pode persuadir os jovens para escolhas de ilusória significação e acerto para o seu destino.

3. O CARÁTER DA LEI 5692

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sob nº 5692, de 11 de agosto de 1971, tem objetivos bastante explícitos quanto à necessidade de se promover o trabalho como um valor real e indispensável à melhoria da qualidade de vida humana.

Logo ao seu início, fixa:

"Art. 1º --- O ensino de 1º e 2º Graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania"⁴⁸.

Portanto, parte de um objetivo geral imediato - o da formação - visando em primeiro lugar a fruição e realização do próprio ser, inclusive e sobretudo em suas relações com o meio.

A auto-realização é um processo sem o qual nenhum ato educativo é possível. A educação, como a cultura, é um processo de humanização do homem. (...) Enquanto processo que leva ao auto conhecimento e ao autodomínio, a educação possibilita, ao mesmo tempo, a auto-realização. Nessa dinâmica, todavia a auto-realização não resulta de uma conquista fortuita, consequência de um gesto isolado:

ela é, antes, o resultado da interação que o homem mantém com o meio que o cerca. Na medida em que percebe o desafio do mundo circunstancial e o aceita, o homem passa a agir, ou melhor, a interagir nesse mundo, gerando um processo dialético, no qual o aprofundamento de si mesmo é, ao mesmo tempo, causa e efeito de sua atuação sobre o meio. Duplo é o resultado dessa interação: autoco-nhecimento e autodomínio, de um lado, e criação de cultura, do outro. É a isso que chamamos humanização do homem: um processo através do qual ele se torna mais homem, mais humano. E o ato em si é educativo⁴⁹.

Por não ser possível de se efetivar sem a interação do homem com seu meio ambiente, a auto-realização humana acaba também por causar mudanças nesse meio.

Chama-se *trabalho* não só a interação do homem com o meio, mas também o resultado dessa interação. Da interação do homem com os outros seres humanos resultam as normas de convivência que levam ao exercício da cidadania. O trabalho e a cidadania, portanto, são aspectos externos ao próprio homem que, todavia, condicionam sua auto-realização. Logo, é de sua interação com o mundo que resulta o condicionamento de sua auto-realização. Nesse condicionamento, o homem define e limita a sua liberdade⁵⁰.

Quanto à *qualificação para o trabalho*, a lei fixa no currículo uma parte de formação especial, cujo objeto é a sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, no ensino de 1º Grau, e de habilitação profissional, no ensino de 2º Grau.

Segundo o Parecer 339/72, de 6 de abril de 1972, "em nenhum momento a qualificação para o trabalho significará um esforço de qualificação *profissional* do educando"⁵¹ de 1º Grau.

O destaque dado pela Lei nº 5692/71 às matérias da parte de formação especial do currículo, nesse particular, deve-se ao fato de que, de um lado, pela sua natureza, prestam-

se elas melhor à observação do educando, no que diz respeito à revelação de seus interesses e à exploração de suas habilidades, e de outro, porque a grande preocupação da Lei é, mesmo quando incrementa a formação geral do aluno, familiarizá-lo com o mundo do trabalho, no qual deverá ter iniciações, no 1º Grau, e habilitações, no 2º⁵².

Conforme o Parecer 853/71, o que se quer é "harmonizar o uso da mente e das mãos, abrindo sempre o caminho para mais estudos e preparando o aluno para a vida, para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania⁵³.

Nessa perspectiva, o ensino de 1º Grau deveria ser ministrado, quanto às matérias da parte de formação especial, na forma de *atividades*, propiciando aos alunos experiências relacionadas com os três setores de produção da economia.

Quanto à *sondagem de aptidões*, é trabalho educacional que não prescinde do esforço conjunto de professores, orientadores, familiares e pessoas das várias áreas profissionais da comunidade.

É tarefa delicada e plena de riscos, que não pode e não deve estar entregue unilateralmente a esta pessoa ou àquele órgão. Conforme exige o artigo 10 da Lei nº 5692/71, a orientação educacional "será instituída obrigatoriamente, incluindo aconselhamento vocacional, em cooperação com os professores, a família e a comunidade⁵⁴.

Quanto à *iniciação para o trabalho*, o Parecer 45/72 a entende como um conjunto de

atividades desenvolvidas pelos educandos no ensino de 1º Grau, na escola e na comunidade, com o fim de orientá-los no sentido de conhecerem os diversos campos de trabalho existentes na localidade, na região e no país; os diversos sistemas de produção e prestação de serviços; a aplicação de materiais e instrumentos e a prática inicial na

execução de tarefas que envolvam os aspectos de criatividade, utilidade, organização, experimentação de técnicas básicas e avaliação da qualidade⁵⁵.

Trata-se, portanto, de *orientar* o educando para uma profissão que realmente atenda aos seus direitos e deveres como pessoa e cidadão.

Os objetivos da iniciação para o trabalho são, em linhas gerais, "o desenvolvimento do 'gosto e da estima pelo trabalho, elementos indispensáveis à formação geral e à orientação profissional ulterior', conforme a Recomendação nº 57, da Conferência Internacional do Trabalho, de 1939⁵⁶.

Mais explicitamente, seus objetivos são⁵⁷.

- *interesse pelas profissões* - desenvolver o interesse pelos assuntos relacionados às áreas primária, secundária e terciária da economia, pelos processos de produção, ocupação e outros aspectos concernentes às funções do homem no desenvolvimento nacional;
- *apreciação ou crítica* - desenvolver no educando as capacidades de apreciação, seleção, crítica e julgamento dos serviços que lhe são prestados como consumidor;
- *desejo de cooperação* - desenvolver o espírito de trabalho em grupo, bem como o valor de colaboração;
- *interesse pelo trabalho útil* - desenvolver o orgulho pelo trabalho útil e bem feito;
- *espírito de ordem e método de trabalho* - desenvolver o hábito de planejamento do trabalho, a fim de reali-

zã-lo racionalmente;

- *hábitos sensório-motores e conhecimentos técnicos* - desenvolver hábitos sensório-motores necessários à utilização de equipamentos simples ou execução de serviços e também conhecimentos técnicos necessários a materiais e a processos de trabalho de várias naturezas;
- *orientação profissional* - realizar com o aluno múltiplas atividades, no sentido de evidenciar aptidões, vocação e interesses e a fim de melhor equipã-lo para a escolha de uma profissão;
- *desenvolvimento físico e mental* - através de tarefas que propiciem a ação muscular, a coordenação viso-motora, a utilização dos órgãos dos sentidos, o controle neuro-muscular e a atividade do cérebro, conduzindo o educando a compreender que atividades manuais e mentais constituem um todo único e harmônico, com vistas à extinção dos preconceitos existentes contra o trabalho manual;

Ainda segundo o Parecer 339/72, as matérias de formação especial do 1º Grau não devem comportar programas rígidos e sistematizados, uma vez que se constituem em instrumentos de exploração de aptidões e da descoberta de vocações.

Assim, como não se trata de profissionalizar, mas de preparar o educando para uma pré-qualificação, a iniciação para o trabalho, a partir da aptidão que se vai revelando, se desenvolverá gradualmente num "continuum", que vai das "ativi-

dades recreativas na área do trabalho construtivo", até os estádios avançados que favoreçam

o desenvolvimento das relações sociais de cooperação, tolerância, liderança, camaradagem e trato; a aquisição de informações e experiências sobre as atividades humanas nas áreas da indústria, do comércio, dos serviços, da educação doméstica e da agro-pecuária; o conhecimento e a prática das normas de segurança do trabalho, da elaboração de projetos e de sua execução, do uso de máquinas e ferramentas; o domínio das características dos materiais utilizados na confecção dos bens e das técnicas necessárias à organização dos serviços, bem como a familiaridade com todo o universo do fazer⁵⁸.

Na prática, entretanto, os estudantes de 1º Grau não têm tido nenhuma organização educativa sistemática no sentido de cumprir com essas premissas emanadas do Conselho Federal de Educação. Aos alunos não é feito qualquer aconselhamento vocacional, não é dada nenhuma informação sobre as várias profissões existentes e sequer professores, orientadores e familiares se reúnem para discutir o assunto.

O que se oferece, na maior parte das vezes, é uma depauperada prática de atividades ditas artísticas e domésticas, que, obviamente, não tem eficácia alguma, sequer para evidenciar aptidões, quanto mais para provocar interesses de natureza profissional.

4. AS HABILITAÇÕES PROFISSIONAIS DE 2º GRAU PARA O BRASIL

Ainda que a legislação de ensino referente ao 2º Grau não diga respeito ao presente trabalho, ela mantém estreita

relação com o que aqui se está discutindo, dado o elenco de habilitações profissionais proposta para o 2º Grau a nível institucional e que deveria, de alguma forma, estar sendo informado aos estudantes de 1º Grau durante o programa exigido por lei de sondagem de aptidões e preparação para o trabalho.

Esse elenco, nomeado na Resolução nº 2, de 27 de janeiro de 1972, anexa ao Parecer 45/72, é constituído de 130 habilitações:⁵⁹

técnicos em:

1. Agropecuária
2. Agricultura
3. Pecuária
4. Edificações
5. Estradas
6. Saneamento
7. Agrimensura
8. Mecânica
9. Eletromecânica
10. Eletrotécnica
11. Eletrônica
12. Telecomunicações
13. Instrumentação
14. Geologia
15. Mineração
16. Metalurgia
17. Química
18. Petroquímica
19. Têxtil

20. Fiação
21. Tecelagem
22. Malharia
23. Acabamento Têxtil
24. Alimentos
25. Leite e Derivados
26. Carne e Derivados
27. Assistente de Administração
28. Contabilidade
29. Estatística
30. Publicidade
31. Secretariado
32. Comercialização e Mercadologia
33. Cerâmica
34. Curtimento
35. Calçados
36. Refrigeração e Ar Condicionado
37. Artes Gráficas
38. Cervejas e Refrigerantes
39. Estruturas Navais
40. Pesca
41. Manutenção de Aeronaves
42. Decoração
43. Tradutor e Intérprete
44. Redator Auxiliar
45. Turismo
46. Hotelaria
47. Enfermagem

48. Laboratórios Médicos
49. Prótese
50. Ótica
51. Economia Doméstica
52. Instrumental Musical
53. Auxiliar de Análise de Solos
54. Agente de Defesa Sanitária Vegetal
55. Agente de Defesa Sanitária Animal
56. Auxiliar de Adubação
57. Auxiliar de Forragens e Rações
58. Classificador de Produtos Vegetais
59. Desenhista de Arquitetura
60. Desenhista de Estruturas
61. Auxiliar de Escritório Técnico
de Edificações
62. Desenhista de Instalações Hidráulicas
63. Desenhista de Estradas
64. Laboratorista de Solos e Pavimentação
65. Topógrafo de Estradas
66. Desenhista de Agrimensura
67. Topógrafo de Agrimensura
68. Cadastrador de Agrimensura
69. Laboratorista de Saneamento
70. Auxiliar Sanitarista
71. Cronometrista
72. Desenhista Mecânico
73. Desenhista de Ferramentas
e Dispositivos

74. Desenhista de Instalações Elétricas
75. Desenhista de Máquinas Elétricas
76. Desenhista de Circuitos Elétricos
77. Desenhista de Circuitos de
Telecomunicações
78. Auxiliar Técnico de Mecânica
79. Auxiliar Técnico de Eletromecânica
80. Auxiliar Técnico de Eletricidade
81. Auxiliar Técnico de Eletrônica
82. Auxiliar Técnico de Telecomunicações
83. Auxiliar Técnico de Instrumentação
84. Desenhista-Cartógrafo de Geologia
85. Laboratorista de Geologia
86. Desenhista-Cartógrafo de Mineralogia
87. Laboratorista de Mineralogia
88. Auxiliar Técnico de Instalação
de Minas
89. Auxiliar Técnico de Metalurgia
90. Auxiliar de Laboratório de
Análises Químicas
91. Auxiliar de Laboratório
Petroquímico
92. Desenhista de Padronagem
93. Auxiliar de Laboratório Têxtil
em Fibras e Tecidos
94. Auxiliar de Laboratório
Têxtil em Química
95. Auxiliar de Inspeção de Alimentos

96. Auxiliar de Inspeção de Leite e Derivados
97. Auxiliar de Inspeção de Carne e Derivados
98. Auxiliar de Escritório
99. Auxiliar de Contabilidade
100. Auxiliar de Processamento de Dados
101. Desenhista de Publicidade
102. Corretor de Imóveis
103. Corretor de Mercado de Capitais
104. Promotor de Vendas
105. Despachante
106. Corretor de Seguros
107. Corretor de Mercadorias
108. Auxiliar de Laboratório de Cerâmica
109. Auxiliar de Laboratório de Curtimento
110. Modelador de Calçados
111. Desenhista de Instalações de Refrigeração e Ar Condicionado
112. Desenhista de Artes Gráficas
113. Fotógrafo em Artes Gráficas
114. Desenhista de Estruturas Navais
115. Auxiliar de Laboratório (Pesca)
116. Desenhista de Móveis
117. Desenhista de Decoração
118. Ornamentista de Interiores
119. Auxiliar de Enfermagem

120. Auxiliar de Administração Hospitalar
121. Auxiliar de Documentação Médica
122. Auxiliar de Fisioterapia
123. Auxiliar de Reabilitação
124. Secretária de Unidade de Internação
125. Auxiliar de Nutrição e Dietética
126. Visitadora Sanitária
127. Oficial de Farmácia
128. Laboratorista de Análises Clínicas
129. Auxiliar Técnico de Radiologia
130. Auxiliar Técnico de Banco de Sangue

5. AS HABILITAÇÕES PROFISSIONAIS DE 2º GRAU NO ESTADO DO PARANÁ

Dado ao insucesso no País na implantação e implementação das 130 habilitações profissionais anteriormente mencionadas e por razões já expostas, a Lei 5692 teve alguns de seus dispositivos alterados em 18 de outubro de 1982 através da Lei 7044, com vistas a alcançar melhores resultados.

Assim, o § 2º do artigo 4º fixa que "a preparação para o trabalho, no ensino de 2º Grau, poderá ensejar habilitação profissional, a critério do estabelecimento de ensino" 6º.

Além disso, essa preparação para o trabalho, e não mais qualificação como rezava a Lei 5692, deverá, conforme a alínea d do art. 5º, ser definida pelo Conselho Estadual de Educação, conforme as necessidades e peculiaridades regionais.

No Estado do Paraná, o Conselho Estadual de Educação instituiu como norma efetiva para o ano de 1984 a Deliberação 035/82, de 19 de novembro de 1982, cujo elenco de ocupações e habilitações propostas para o 2º Grau das escolas paranaenses abrange os três setores da economia (Quadro IV), num total de 130 ocupações e habilitações relacionadas.

O setor primário tem quatro áreas de desenvolvimento: a agricultura, a horticultura, a pecuária e a silvicultura.

O setor secundário abrange a indústria extrativa, a indústria de transformação, a construção civil e os serviços industriais de utilidade pública.

O setor terciário é constituído das áreas de artes, comunicação, administração e saúde.

6. HABILITAÇÕES PROFISSIONAIS IMPLANTADAS EM CURITIBA

Anteriormente à Deliberação 45/83, do Conselho Estadual de Educação, o Governo Jayme Canet Junior instituiu efetivamente 22 habilitações profissionais a nível de técnico e 36 a nível de auxiliar de 2º Grau em sessenta escolas curitibanas das redes de ensino público e privado (Quadro V).

QUADRO IV - Ocupações Relacionadas com os Setores da Economia

	ÁREA	OCUPAÇÕES E HABILITAÇÕES RELACIONADAS
SETOR PRIMÁRIO	Agricultura	Agente de Defesa Sanitária Vegetal, Auxiliar de Adubação, Classificador de Produtos Vegetais, Técnico Agrícola, Auxiliar de Análise de Solos, Agricultor.
	Horticultura	Auxiliar de Adubação, Fruticultor, Alericultor.
	Pecuária	Agente de Defesa Sanitária Animal, Técnico em Pecuária, Vacinador, Bovinocultor, Suinocultor, Avicultor, Inseminador.
	Silvicultura	Auxiliar de Análise de Solos, Auxiliar de Combate a Incêndios, Classificador de Madeira, Viveirista, Técnico Reflorestamental, Técnico Florestal.
	Indústria Extrativa	Classificação de Produtos Vegetais (Essenciais), Laminador de Rochas, Auxiliar de Laboratório Petroquímico, Técnico em Petroquímica.
SETOR SECUNDÁRIO	Indústria de Transformação	Lab. Análises Químicas, Lab. Têxtil, Aux. Insp. de Alimentos, Téc. dos Plásticos, Tecnologias Sintetizadas, Usinagem, Téc. Mecânico, Mestre Mecânico, Téc. Alimentos, Téc. Textéis, Téc. Químico.
	Construção Civil	Cálculo Técnico, Carpinteiro de Obras, Desenhista de Arquitetura, Desenhista de Estruturas Metálicas e Concreto, Desenhista de Instalações Hidráulicas, Desenho Básico, Instalação de Água e Esgoto, Lab. e Fiscal de Construção, Tecnologia de Construção Civil, Topógrafo, Técnico em Edificações
	Serviços Industriais de Utilidade Pública	Eletricista, Eletricista de Manutenção, Eletricista Geral, Eletricista de redes, Eletricista Instalador, Auxiliar Técnico de Eletricidade, Auxiliar Técnico de Eletrônica, Auxiliar Técnico de Instrumentador, Técnico em Eletricidade e Técnico em Eletrônica.

	ÁREA	OCUPAÇÕES E HABILITAÇÕES RELACIONADAS
SETOR TERCIÁRIO	Artes	Artesanato: Cerâmica, Couro, Pintura em Tecidos, Cartazismo e Letrismo; Desenho Básico; Artes Industriais; Gravador de Clichês; Recursos Audio-Visuais, Vitrinismo; Ornamentista de Interiores; Desenhista de Móveis; Desenhista de Decoração; Técnico em Decorações.
	Comunicação	Recepcionista, Relações Humanas, Relações Públicas, Técnicas de Vendas, Téc. de Ensino, Téc. Entrevistas, Impressor de Máquinas Automáticas, Impressor de Máq. Off-set, Margeador, Minervista, Informante Comercial, Tradutor e Intérprete, Redator Auxiliar, Técnico Publicidade.
	Administração	Administração de: Compras, Empresas, Matéria, Propaganda, Venda, Salários, Gerência Financeira, Gerência de Pessoal, Gerência Geral, Gerência de Produção, Administrador de Edifícios. Almoxarifado: Análise e Interpretação de Balanço, Análise Econômica, Arquivista, Auditoria, Auxiliar de Biblioteca, Aux. de Contabilidade, Classificação de Cargos: Comércio: Financeiro, Crediário, Exterior e Material. Cooperativista, Correspondente Comercial, Corretor de Imóveis, Estatística Industrial, Estenografia, Faturista, Importação e Exportação, Organização e estrutura de Empresas, Planejamento e Controle de Produção, Promotor de Vendas, Secretário Comercial, Secretariado, Aux. Contabilidade, Aux. Escritório, Téc. em Contabilidade e Téc. em Administração.
	Saúde	Administração de: Serviços Hospitalares, Atendente de Enfermagem, Lab. de Análise Clínicas, Aux. Sanitarista, Aux. de Enfermagem, Téc. em Enfermagem.

QUADRO V - Habilitações profissionais de 2º Grau desenvolvidas em Curitiba de 1975 a 1982.

HABILITAÇÕES	
NÍVEL DE TÉCNICO	NÍVEL DE AUXILIAR
EDIFICAÇÕES	DESENHISTA DE ARQUITETURA DESENHISTA DE ESTRUTURAS AUXILIAR EM ESCRITÓRIO TÉCNICO DE EDIFICAÇÕES
AGRIMENSURA	DESENHISTA DE AGRIMENSURA TOPÓGRAFO DE AGRIMENSURA CADASTRADOR DE AGRIMENSURA
QUÍMICA	AUXILIAR DE LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS
SANEAMENTO	AUXILIAR SANITARISTA LABORATORISTA DE SANEAMENTO
ESTRADAS	DESENHISTA DE ESTRADAS LABORATORISTA DE SOLOS E PAVIMENTAÇÃO TOPÓGRAFO DE ESTRADAS
PETROQUÍMICA	AUXILIAR DE LABORATÓRIO DE ANÁLISES QUÍMICAS
ELETROTÉCNICA	DESENHISTA DE INSTALAÇÕES ELÉ- TRICAS DESENHISTA DE MÁQUINAS ELÉTRICAS AUXILIAR TÉCNICO DE ELETRICIDADE
MAGISTÉRIO DE 1º GRAU	-
SECRETARIADO	-
ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO	AUXILIAR DE ESCRITÓRIO
CONTABILIDADE	AUXILIAR DE CONTABILIDADE

HABILITAÇÕES	
NÍVEL DE TÉCNICO	NÍVEL DE AUXILIAR
PUBLICIDADE	DESENHISTA DE PUBLICIDADE
TRADUTOR E INTÉRPRETE	-
ESTATÍSTICA	AUXILIAR DE ESTATÍSTICA
TURISMO	AUXILIAR DE TURISMO GUIA DE TURISMO
LABORATÓRIO MÉDICO	LABORATORISTA DE ANÁLISES CLÍNICAS AUXILIAR DE LABORATORISTA DE ANÁLISES CLÍNICAS
ENFERMAGEM	AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR AUXILIAR DE DOCUMENTAÇÃO MÉDICA AUXILIAR DE NUTRIÇÃO E DIETÉTICA AUXILIAR DE ENFERMAGEM VISITADORA SANITÁRIA AUXILIAR DE SANITARISTA INSTRUMENTADOR CIRÚRGICO
DECORAÇÃO	DESENHISTA DE DECORAÇÃO DESENHISTA DE MÓVEIS ORNAMENTISTA DE INTERIORES
REDATOR AUXILIAR	-
PRÓTESE	-
COMERCIALIZAÇÃO E MERCADOLOGIA	CORRETOR DE IMÓVEIS CORRETOR DE MERCADO DE CAPITAIS PROMOTOR DE VENDAS
ECONOMIA DOMÉSTICA	-

Fonte: SEE/PR., s.d.

Finalmente, diante dos vários quadros educacionais propostos com a finalidade de preparar os jovens para o trabalho e do quadro profissional de ofertas de emprego (Anexo I a IX), vale a indagação: serão estas as suas aspirações profissionais mais correntes?

É o que nos cabe responder através da pesquisa que trata este trabalho.

De qualquer forma, sejam as respostas convergentes ou divergentes, cabem, ainda, outras perguntas de dimensão ainda maior:

- qual a função da escola face ao presente do aluno como pessoa que se desenvolve num contexto histórico determinado?
- qual a função da escola frente ao futuro pessoal e profissional do aluno?

É o que nos propomos a discorrer a seguir, na certeza de que o princípio da liberdade pessoal deve ser preservado a qualquer custo e de que a crise da educação não é, em nosso País, um mero problema de falta de recursos, mas uma crise muito mais profunda, de objetivos e metas e, sobretudo, de consciência.

A FUNÇÃO DIALÉTICA DA ESCOLA

CAPÍTULO III

A FUNÇÃO DIALÉTICA DA ESCOLA

1. ESCOLA E MUDANÇA

A ação educativa move-se entre duas realidades extremas: o que o homem é ao nascer e o que seguramente haverá de ser ao participar, por necessidade, impulso e vontade, na criação de si próprio, de sua história e de um mundo que o contém, mas que é por ele transformado incessantemente.

Dada a sua dimensão, que inclusive precede à existência individual (Bonaparte afirmava que a felicidade e o equilíbrio de uma criança começam cem anos antes do seu nascimento), a educação, como idéia e práxis, constitui força decisiva na formação da pessoa humana e no destino das nações.

Especializado ou geral, o processo educativo é sobretudo formação do ser humano em sua totalidade. "É essencial, portanto, que se mova pelo sentimento ou se reja pelo princípio que pressupõe a realidade humana como toda total"⁶¹.

Propiciar ao educando virtuais condições de interiorização de valores e conhecimentos, passíveis de conduzi-lo, na

prática social, a conquistar melhores níveis de aperfeiçoamento pessoal e maior harmonia com o seu meio e o seu tempo, deve, obviamente constituir-se objetivo central de qualquer sistema educativo interessado na humanização do homem e na preservação dele através da reverência total pela Vida.

"Educação não é coisa transitiva, do professor para o aluno. Isso só é possível ao nível da ciência, não ao nível da consciência. A verdadeira educação é intransitiva e sua função básica e inalienável é, certamente, a intensificação da consciência"⁶².

"O homem só se liberta quando se engaja no seu próprio ser, ou dele faz o ser que ele deve ser"⁶³.

Nesse sentido, a vida escolar, fragmentada que é num universo de múltiplas matérias e disciplinas, cada qual ligada a uma ou mais áreas do conhecimento humano, tem, na verdade, um único centro: aquele que é constituído por nossas convicções mais básicas e que realmente têm força para nos mover"⁶⁴.

E nada se nos afigura mais capaz de mobilizar o homem por inteiro do que a dimensão e o significado que ele empresta à sua existência.

E, sem qualquer dúvida, é o trabalho, par a par com a educação, que possibilita ao homem produzir-se a si mesmo e determinar-se como um ser da práxis⁶⁵.

Entretanto,

o desenvolvimento do homem na sua totalidade só se dará com a supressão da alienação, com a superação do antagonismo de classes. Enquanto persistirem relações de produção baseadas na propriedade privada dos meios de produção, o homem se encontrará ainda na sua própria "pré-história"⁶⁶.

E é justamente nessa superação que a educação tem papel urgente e inadiável: a de promover a pessoa humana, reproduzindo na escola, não ideologias particulares, mas valores universais, de igualdade e equalização dos homens, garantindo, assim, através do *saber*, do *saber fazer* e do *fazer saber*, a preservação dos direitos e a continuidade dos deveres que fazem, de cada homem, agente *real* na melhoria de vida no planeta⁶⁷.

À escola compete, sem dúvida, parcela significativa do aperfeiçoamento humano e da adequação do homem ao seu tempo.

Não cabe a ela, entretanto, a solução dos problemas sociais por que estamos atravessando neste País e neste tempo.

É preciso não esperar da escola aquilo que ela não pode e talvez não deva dar. Seu papel diz respeito primordialmente à transmissão e apropriação do conhecimento, não à formação da consciência revolucionária. Esta última há que ser forjada, também e principalmente, em outras instâncias práticas e teóricas da movimentação do social. Mas também não vamos subestimar aquilo que a escola pode e deve dar: os pré-requisitos necessários ao domínio da comunicação do pensamento abstrato, um modo mais organizado e consistente de entender a natureza do social. Talvez a maior contradição escolar é a de que, como ponto de partida, ela pode conduzir tanto a um projeto de ascensão individual, quanto a um projeto que incorpore os interesses do conjunto da sociedade. O tipo de resultado não está inteiramente sob o controle da escola. Depende de uma prática política mais ampla, para a qual a contribuição da educação é relevante, mas não determinante⁶⁸.

À escola cabe, porém, por compromisso ético, concretizar o potencial de mudança da educação escolar que a Nação,

cada dia mais empobrecida, mais culturalmente descaracterizada e com maiores dificuldades de sobrevivência, está a exigir. Essas mudanças são, afinal,

aspiradas por parcelas significativas da população como forma de melhoria de vida, pela possibilidade que nela distinguem de maior participação na cultura ou na política, ou de melhor obtenção de emprego. A nosso ver, é neste papel que ela pode contribuir - dentro de uma dinâmica social mais ampla - para um processo de mudança estrutural. Neste processo, a educação escolar é importante, mas não é de modo algum determinante, mesmo quando adota modos de operar formais e aparentemente contestadores⁶⁹.

É, portanto, na sua eficiência e eficácia em assegurar à sua clientela conhecimentos e habilidades que lhe permita sua inserção na dinâmica mais geral de mudança, que a escola cumprirá sua função libertadora.

Em termos muito simples, seria ensinando, e bem, a ler, escrever, calcular, falar, pensar, conhecer o mundo físico e social, que a educação escolar poderia desempenhar, para as camadas majoritárias da população, o papel de promotora não da igualdade - já que a sociedade é estruturalmente desigual -, mas de melhoria de suas condições de vida. Tais condições, aliadas a outras reivindicações populares, constituiriam, dependendo evidentemente da ação de outras instâncias políticas, o ponto de partida de uma ação transformadora da sociedade. À escola elementar caberia, desse modo, a função de oferecer algumas das condições básicas para o exercício da cidadania, as quais poderiam se desdobrar tanto num projeto de ascensão social individual, quanto num projeto de ação coletiva de mudança. E ela, a escola, por si só, pouco poderia fazer para influenciar decisivamente num ou noutro sentido como instância que é mais determinada que determinante⁷⁰.

Claro está que, dentro e fora da escola, a mudança só se operará por ato de decisão coletiva. Não basta à Nação o

esforço de alguns poucos, mas lhe é absolutamente necessário o empenho, a tenacidade, a perseverança e a coragem de todos quantos estão envolvidos no trabalho de educar.

A ação transformadora só pode ser eficiente quando fundada nas relações entre a teoria e a prática, isto é, na vinculação de qualquer idéia com suas raízes sociais. Tomar a ideologia como dimensão básica de toda ação transformadora significa reconhecer que não é o homem ao singular (embora seja o único que exista) que irá operar a transformação. É o homem tomado coletivamente. A ideologia não suprime a individualidade, mas lhe dá força, cimentando-a à massa, aos outros. Pelo sentido que damos à ideologia, não é o homem que transforma, que faz a história, mas a massa de homens, isto é, os homens juntos⁷¹.

No caso específico do atendimento ao adolescente das últimas séries do 1º Grau face às suas necessidades de orientação, para num futuro muito próximo, fazer sua escolha profissional com discernimento e verdade para si e para os outros, é preciso que a escola retome com coragem e energia sua função dialética: ao mesmo tempo em que revele as condições econômicas, sociais e políticas de seu tempo histórico, é preciso tratar de evidenciar as contradições existentes, com o objetivo explícito de propiciar aos educandos, condições de enfrentá-las, minimizá-las e/ou excluí-las de seu universo pessoal e social.

Injusta e desumana constituir-se-á a ação escolar que negar ou omitir-se de explicitar as dificuldades nacionais.

Ao estudante, ao qual, aos 14, 16 anos de idade, a sociedade haverá de cobrar definições profissionais imediatas, não se pode ocultar a real situação econômica do País e as di-

ficuldades existentes não apenas no que pretende o ensino de 2º Grau realizar, reservando-lhes habilitações profissionais vinculadas mais ao princípio da necessidade nacional do que ao da liberdade individual, mas também quanto ao mercado restrito de ofertas de emprego no cenário profissional brasileiro.

No plano social, é ato pedagógico desvelar as contradições existentes, evidenciá-las com postas à sua superação. O educador, nesse sentido, não é o que cria as contradições e os conflitos. Ele apenas os revela, isto é, tira os homens da inconsciência. Educar passa a ser essencialmente conscientizar. Conscientizar sobre o nada? Não. Sobre a realidade social e individual do educando. Formar a consciência crítica de si mesmo e da sociedade⁷².

Nessa instância, a escola assume a sua função libertadora, intensificando a consciência coletiva, colocando e discutindo com os alunos os múltiplos caminhos e possibilidades que a solução de uma questão pode efetivamente tomar.

A história pode ser escrita de muitas e diferentes maneiras. Pode-se dizer, em tese, que cada presente tem o seu passado. A prática da divergência deveria deixar o educando diante de alternativas divergentes não apenas em questões fundamentais como as ideologias, as filosofias, etc., mas em questões menos "complicadas", como as técnicas, as metodologias, as profissões, etc.⁷³

Obviamente, essa práxis exigirá do educador muita fibra e coragem, ao lado de, sobretudo, muita paciência, lucidez e esperança.

É preciso enfatizar, entretanto, que a educação está a necessitar de *educadores* e não de heróis.

O ato pedagógico exige paciência histórica, vontade de caminhar junto e não de se sacri-

ficar na vanguarda. Uma educação vai mais à frente na medida em que tiver menos heróis, menos sacerdotas que se imolam em holocausto. Esses heróis da educação nada entenderam da própria educação. Apenas assumiram as dores de uma sociedade que utiliza a educação para aparar e dissimular suas contradições. A recusa, a desobediência de não "banciar o herói" é um ato consciente para o educador.⁷⁴

A educação deverá promover, portanto, uma mudança na maneira de ser do educando e do educador. É preciso possibilitar-lhes oportunidades de analisar, julgar, optar e construir um novo mundo, uma nova escola, ambos mais criativos e mais independentes.

2. EDUCAÇÃO E TRABALHO

Em seu papel agenciador da conscientização humana junto aos adolescentes, a escola não pode deixar de considerar que "educação e trabalho se interpenetram, fundindo até certo ponto os seus objetivos e que lhe cabe desenvolver as instrumentalidades práticas ao lado das intelectuais, ambas, de resto, não exprimindo senão momentos diferenciados do mesmo processo"⁷⁵.

Afinal, o trabalho "é condição existencial e não mera condição adjetiva"⁷⁶.

Em suma,

O homem é um processo dos seus atos. Esses atos não estão isolados, não se dão espontaneamente: estão intimamente relacionados e condicionados pela ação de cada homem, da natureza, da sociedade e da história. Nessa

totalidade, o que une primordialmente os homens é a busca dos meios próprios para garantir a sua existência. Sua práxis é, portanto, eminentemente histórica e a maneira pela qual os homens se relacionam e buscam preservar a espécie é o *trabalho*. É pelo trabalho que o homem se descobre como ser da práxis, ser individual e coletivo⁷⁷.

Daí a urgência da educação realmente efetivar-se nas escolas como instrumento de descoberta de aptidões, orientação de interesses e aspirações profissionais, informação e aconselhamento vocacional, simultaneamente ao seu papel maior de instrumentalização do ser humano para desenvolver-se como totalidade, capaz de criação, invenção, mudança, crítica, equilíbrio e evolução.

A educação só pode ajudar-nos se produzir "homens integrais". O homem verdadeiramente educado não é aquele que conhece um pouquinho de tudo, nem tampouco o que conhece todas as minúcias de todos os assuntos (se tal coisa fosse possível): o homem integral, de fato, pode ter escasso conhecimento pormenorizado de fatos e teorias (...), mas estará verdadeiramente em contato com seu centro. Ele não terá dúvidas em torno de suas convicções básicas, de sua opinião quanto ao sentido e à finalidade da própria vida, talvez nem seja capaz de explicar por palavras estas coisas, mas sua conduta na vida revelará uma certa segurança na execução que provém de sua clareza interior⁷⁸.

O que importa, no presente momento, é praticar um novo humanismo, aquele que seja capaz de atender à ciência e à consciência, ao indivíduo e à Nação, que se distinga pelo sentido complementar, interdisciplina e prospectivo dos conhecimentos adquiridos, assim como pela força ética de sua destinação social.

O que importa é que se possa conquistar formas de sa-

bêr que sejam simultaneamente formas de vida, numa unidade diversificada, mas harmoniosa e coerente entre o que se conhece e o que se faz; entre o que se deseja e o que ocupa vocacionalmente nossa inteligência e nossa vontade⁷⁹.

Entretanto, para que esse ideário realmente se concretize na prática diária da educação, é preciso que o educador creia firmemente que o homem só se realiza pela liberdade na escolha da própria vida, pela autodeterminação no plano existencial, enfim.

Se assim se crê e

se o indivíduo educado é aquele que consegue situar as informações, os conhecimentos no seu contexto sócio-cultural dando-lhes uma interpretação criativa, é função do educador e método para a realização da educação a manutenção da perspectiva crítica, da curiosidade intelectual... O educador não pode parar nessa estimulação ao questionamento nos métodos e nas técnicas que respondem como fazer, como explicar a realidade, mas para chegar ao aspecto formativo tem que ir buscar as perguntas mais fundamentais sobre ela. Embora o educando se auto-eduque, o papel do educador como um dos pólos do diálogo como ser humano, como aquele que deve promover a análise, é insubstituível. É ele que vai direcionar o diálogo entre dois seres humanos, fator essencial para o desenvolvimento da consciência crítica. Não apenas o texto, a imagem ou o som, mas o ser vivo com todas as suas riquezas e contradições.⁸⁰

Esta é, final e seguramente, a máxima importância da escola: propiciar pelo diálogo a reflexão, desenvolvendo a capacidade de julgar, promover valores e buscar um sentido para o saber.

Quando esta simbiose - educando-educador - se realiza, não há como distinguir conhecimento e humanismo, certamente as duas faces mais valiosas da Vida.

A PESQUISA

- DESCRIÇÃO
- RESULTADOS
- ANÁLISE

CAPÍTULO IV

A INVESTIGAÇÃO

1. DESCRIÇÃO

A amostra da pesquisa foi constituída de 255 (duzentos e cinquenta e cinco) sujeitos, de ambos os sexos, idade variando entre 12 e 18 anos, todos alunos das quatro últimas séries da Escola Estadual de 1º Grau "Cecília Meirelles", situada na periferia de Curitiba, e procedentes de classe social de baixo poder aquisitivo.

Com o objetivo de sondar seus desejos e interesses profissionais, solicitou-se aos sujeitos uma redação sobre suas aspirações ocupacionais.

2. OS RESULTADOS

Dos 255 sujeitos, 7 (sete) abstiveram-se de enunciar qualquer escolha, por "não haverem pensado nisso ainda" ou por estarem "muito indecisos".

Da análise das 248 (duzentas e quarenta e oito) reda-

ções restantes, observou-se a predominância de opções por profissões clássicas de nível superior, como a medicina, a engenharia e a advocacia; por profissões tidas por prestigiosas, como o magistério e o sacerdócio; por profissões vistas como "glamourosas", como secretariado, a aviação e a dança e, finalmente, profissões nitidamente vinculadas ao desejo de sucesso pessoal, como a do cantor e a do jogador de futebol.

O Quadro VI detêm os resultados.

QUADRO VI - Aspirações profissionais de adolescentes de escola pública de 1º Grau.

OCUPAÇÕES	SÉRIES				TOTAL
	5ª	6ª	7ª	8ª	
médico	22	13	9	6	50
professora	19	3	4	4	30
jogador de futebol	7	13	-	3	23
secretária	7	1	2	4	14
engenheiro civil	2	9	-	-	11
datilógrafo	3	2	3	2	10
aviador	-	4	-	3	7
advogado	-	4	2	1	7
desenhista	1	-	4	1	6
psicóloga	-	-	5	1	6
aeromoça	2	2	2	-	6
administrador de empresas	1	-	1	3	5
militar	1	3	-	1	5

OCUPAÇÕES	SÉRIES				
	5ª	6ª	7ª	8ª	TOTAL
caminhoneiro	2	3	-	-	5
mecânico	4	-	-	-	4
freira	2	-	2	-	4
dentista	1	1	2	-	4
bancário	-	1	-	2	3
marinheiro	-	3	-	-	3
jornalista	1	-	2	-	3
piloto de fórmula I	-	1	-	1	2
arquiteto	-	-	2	-	2
enfermeira	1	-	-	1	2
auxiliar de escritório	2	-	-	-	2
repórter	2	-	-	-	2
bailarina	1	-	1	-	2
processador de dados	-	-	1	1	2
motorista	-	2	-	-	2
oceanógrafo	-	-	2	-	2
pintora	-	-	-	2	2
trabalhador	1	-	-	-	1
artista	-	-	-	1	1
químico	-	-	-	1	1
cantora	-	-	-	1	1
funcionário público	1	-	-	-	1
engenheiro químico	1	-	-	-	1
patrulheiro	1	-	-	-	1
técnico comercial	1	-	-	-	1

OCUPAÇÕES	SÉRIES				
	5ª	6ª	7ª	8ª	TOTAL
contador	-	1	-	-	1
pianista	-	-	1	-	1
engenheiro eletrônico	1	-	-	-	1
telejornalista	-	-	1	-	1
pedreiro	1	-	-	-	1
vendedora	1	-	-	-	1
telefonista	-	-	1	-	1
fotógrafo	-	-	1	-	1
bordadeira	-	-	-	-	1
recepcionista	1	-	-	-	1
sem escolha	-	2	-	5	7
TOTAL: 48 ocupações					255

3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

As aspirações profissionais dos estudantes da amostra investigada são predominantemente a nível de 3º Grau (146 escolhas), havendo sido eleitas em maior número as profissões clássicas - engenharia, medicina, advocacia e magistério -, ao lado de profissões de moda, como a administração de empresa e a análise de sistemas.

Profissões tidas por rendosas do ponto de vista finan-

ceiro também foram cogitadas, como a odontologia e arquitetura.

Profissões de 3º Grau consideradas como de *status* e prestígio também foram selecionadas: o jornalismo e a psicologia.

Profissões vinculadas ao espírito idealista de adolescente e à sua necessidade de participação no mundo, como a vida religiosa, a enfermagem, a arte e a vida militar também apareceram, ainda que em menor número e, supõe-se (já que nada havia de explícito nas redações), nem sempre a nível de 3º Grau.

Profissões provavelmente veiculadas pela televisão, como a oceanografia (exploração da Antártida) e a química, ambas de 3º Grau, foram escolhidas lado a lado com ocupações que siquer exigem qualquer escolaridade, como é o caso do caminhoneiro.

Outras ocupações, também possivelmente ligadas à influência televisiva, foram selecionadas: cantora, piloto de fórmula I, bailarina, repórter e telejornalista.

Os mitos juvenís, presentes em qualquer civilização dado o processo de identificação dos jovens com adultos por eles admirados, também parecem ter tido influência na escolha de algumas ocupações: os heróis e figuras reforçadoras da masculinidade ou da feminilidade apareceram representadas no jogador de futebol, cantores, patrulheiros, caminhoneiros, pilotos, bailarinas, etc.

Além das escolhas feitas, os adolescentes demonstraram desconhecer a maioria das profissões existentes no mercado de trabalho, além de ignorarem a natureza de algumas profissões

escolhidas, como por exemplo, repórter e telejornalista que constituem apenas funções de uma única profissão: a do jornalismo.

Os adolescentes manifestaram também seu desejo de "aliviar os pais" de seus encargos com eles, além de terem mencionado, na sua maior parte, suas aspirações de casamento, tanto entre os rapazes quanto entre as mocinhas. Entre estas, porém, o trabalho parece continuar sendo secundário para a maioria, que, simultaneamente à profissão, elegeu o casamento como prioritário.

As opções por ocupações mais humildes como telefonista, motorista, bordadeira, vendedora, pedreiro e outras, parecem ser determinadas por pressões da própria família, interessada em que o jovem passe logo a ser mais uma fonte de contribuição econômica para o grupo familiar.

Assim, os fatores determinantes das escolhas profissionais feitas pelos 248 sujeitos podem, conforme a análise das redações, localiza-se em cinco áreas constantes do Quadro VII.

QUADRO VII - Determinantes sociológicos das aspirações profissionais dos adolescentes

FATORES DE ESCOLHA	%
DESEJO DE ASCENSÃO SOCIAL	52,5
INFLUÊNCIA DAS NECESSIDADES FAMILIARES	23,5
IDEALISMO	11,3
MITOS JUVENÍIS	10,2
INFLUÊNCIA DA TELEVISÃO	2,5
TOTAL	100,0

Sete dos estudantes não fizeram qualquer escolha, ou por indefinição ou por não haverem pensado no assunto.

A maioria da amostra fez de três a quatro escolhas por sujeito. A opção por eles considerada preferencial foi a única computada para efeito da pesquisa.

Um único estudante, menino da 5ª série, afirmou:

"A única escolha que posso fazer e desejar é ser um trabalhador como o meu pai, que não tem hora para começar nem para terminar. O que quero é ganhar honestamente a minha vida e criar meus filhos também para serem muito honestos e trabalhadores".

Pedro, 12 anos.

Finalmente, os resultados quantitativos de profissões selecionadas conforme o nível de exigência de escolaridade estão apresentados no Quadro VIII.

QUADRO VIII - Número de escolhas profissionais conforme o grau de escolaridade.

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	NÚMERO DE ESCOLHAS
3º GRAU	146
2º GRAU	36
1º GRAU	28
SEM ESCOLARIDADE	38
TOTAL	248

Acresce, ainda, que a preferência dos estudantes é marcadamente relativa à prestação de serviços.

Segundo a clássica divisão dos setores de produção da economia (FISHER, 1939), as 248 (duzentas e quarenta e oito opções) vinculam-se exclusivamente ao setor terciário, ou seja, o da comercialização e prestação de serviços.

4. ASPIRAÇÕES PROFISSIONAIS DOS ESTUDANTES FACE ÀS PROPOSTAS LEGAIS

Conforme os objetivos iniciais deste trabalho e os procedimentos metodológicos adotados no tratamento dos dados, passamos a seguir a comparar as aspirações profissionais dos adolescentes com os elencos de habilitações fixados pela legislação de ensino: a Lei 5692/71, a determinação da Secretaria da Educação e Cultura do Estado do Paraná para implantação de habilitações profissionais de 2º Grau em Curitiba e a Deliberação 035/72, do Conselho Estadual de Educação do Paraná, instituída em caráter efetivo para o Estado a partir de 1984.

Feitas essas comparações, seguir-se-á a análise dos resultados da pesquisa face ao mercado de ofertas de emprego ocorrentes nos últimos dias de dezembro de 1983 em São Paulo e Curitiba.

4.1. LEI 5692/71

A Resolução nº 2, de 27 de janeiro de 1972, anexa ao Parecer 45/72, fixa 130 (cento e trinta) habilitações profis-

sionais a nível de 2º Grau que, à época, deveriam ser implantadas no Brasil e que, neste trabalho, estão implícitas à pesquisa.

Das 130 (cento e trinta) habilitações então apresentadas, os sujeitos da presente pesquisa fizeram apenas 5 (cinco) escolhas:

- secretariado
- enfermagem
- música
- desenho
- auxiliar de escritório

Dessas opções, por não haver ficado explícito nas redações, não se sabe se o pretendido para secretariado, enfermagem e música seria a nível de 2º ou 3º Graus.

4.2. DELIBERAÇÃO 035/82, DO CEE DO PARANÁ

Das 130 (cento e trinta) habilitações profissionais relacionadas pelo Conselho Estadual de Educação do Paraná para implantação nas redes de ensino público e privado do Estado, as opções juvenis foram em número de 6 (seis):

- desenho
- pintura
- recepção
- secretariado
- contabilidade
- enfermagem

Novamente, pela razão já exposta, não se pode afiançar que as opções feitas por pintura, secretariado, contabilidade e enfermagem tenham sido a nível de 2º ou 3º Graus.

O Quadro IX mostra conclusivamente a frequência de habilitações implantadas em Curitiba de 1975 a 1982, as propostas pela Resolução nº 2, como complementação à Lei 5692/71, e o elenco fixado pela Deliberação 035/82, do Conselho Estadual de Educação do Paraná.

QUADRO IX - Frequência de habilitações de 2º Grau propostas institucionalmente comparadas às aspirações profissionais dos adolescentes.

DISPOSITIVO LEGAL	Nº DE HABILITAÇÕES PROPOSTAS	OPÇÕES ESTUDANTÍIS
LEI 5692/71	130	5
SEC/PR. 1975-1982	58	4
DELIB. 035/82	130	6

Diante desse quadro, no mínimo intrigante, a preparação e orientação efetivas do estudante em direção ao extenso universo de profissões, como reza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tornam-se urgentes e inadiáveis. É preciso que o sistema educacional inclua já em seu programa de ensino e formação, um cuidadoso plano de trabalho com vistas e preparar adequadamente o aluno para a sua escolha profissional.

4.4 AS ASPIRAÇÕES PROFISSIONAIS DOS ADOLESCENTES FACE AO MERCADO DE OFERTAS DE EMPREGO

Ao examinarmos os Anexos (I a IX), que mostram o quadro profissional constante do mercado de ofertas de emprego nos jornais de Curitiba e São Paulo e os compararmos com as aspirações profissionais dos sujeitos desta pesquisa, a conclusão é evidente:

- os estudantes, mais de 90%, escolheram justamente as ocupações (salvo 18 exceções: bordadeira, padre, jogador de futebol, freira, patrulheiro, piloto de fórmula I, oceanógrafo, militar, marinheiro e artista) que vêm tendo maior freqüência no mercado de ofertas de emprego.

Médicos, advogados, engenheiros, enfermeiros, analistas de sistemas, administradores de empresas, químicos, jornalistas, contadores, professores e dentistas, todas profissões de nível universitário, fazem grande parte do mercado de oferta de emprego tanto em São Paulo quanto em Curitiba.

Das ocupações de 2º Grau, a secretária, o técnico de comércio, o desenhista, a recepcionista e o fotógrafo também estão bastante presentes no mercado de ofertas nas duas capitais.

Auxiliares de escritório e datilógrafo com 1º Grau completo são constantemente procurados.

Das escolhas ocupacionais feitas pelos estudantes e para as quais não há exigência de 1º Grau completo, os pedreiros, mecânicos, vendedores, telefonistas, caminhoneiros e motoris-

tas de táxi, são por sua vez, amplamente necessários ao mercado de trabalho atual nas duas metrópoles.

Cantores, pianistas e outros instrumentistas musicais também são procurados, se bem que raramente.

Embora não tenham feito parte das aspirações profissionais dos sujeitos desta investigação, as ocupações rurais não constam também do mercado de ofertas de emprego nos jornais citados, a não ser para profissionais de nível universitário como agrônomos e veterinários.

A esse respeito, diz A.G.B. FISHER, que

a proporção da força de trabalho engajada na agricultura declina, à medida que o país progride, com algum ajuste em relação ao comércio exterior, passando de 80% nos menos desenvolvidos para 11 a 12% nos mais desenvolvidos. Também a proporção da força de trabalho envolvida em indústrias secundárias aumenta com o crescimento. (...) O setor que possui a mais alta elasticidade-renda e que ainda cresce após terem-se nivelado a agricultura e a indústria, é o de serviços⁸¹.

No Brasil, país eminentemente agro-pecuário, o intenso processo de urbanização causado pelos movimentos migratórios das populações rurais, motivados inclusive pela automação do trabalho no campo, provocou, durante parte dos anos 70, vasta expansão econômica deflagrada pela intensa industrialização.

No entanto, com a recessão econômica iniciada em 1979 e o agravamento da situação política brasileira no cenário internacional, a força de trabalho tem decrescido com gravidade nos setores primário e secundário e de modo bastante sensível nos últimos três anos em relação ao setor de serviços.

No Brasil, a distribuição setorial da população economicamente ativa de 1940 a 1970 apresentou evolução⁸² que, de

modo geral, confirmava os pontos de vista de A. G. B. FISHER (Quadro X).

QUADRO X - Distribuição setorial da população brasileira economicamente ativa durante o período de 1940-1970.

SETORES	1940	1950	1970
Agricultura	65,9%	53,7%	44,3%
Indústria	10,3%	13,1%	17,9%
Serviços	23,8%	33,2%	37,8%

Fonte: KINDLEBERGER, 1976.

Nos dias de hoje, "refletindo o sistema recessivo da produção, a taxa média de desemprego aberto no conjunto das seis principais regiões metropolitanas do País sofreu novo aumento em 1983, em torno de 8%, um dos maiores do mundo"⁸³.

Diante de todas essas perspectivas, obviamente bastante distantes de qualquer otimismo, procedem, novamente, as mesmas perguntas:

- cabe à escola orientar os estudantes para as ocupações profissionais mais necessárias ao desenvolvimento nacional?
- cabe à escola educar o homem para a sua total integridade, preservando-lhe a liberdade de escolha e, portanto, as suas possibilidades virtuais de mudar suas circunstâncias e as de seu meio?

- finalmente, que princípio deve nortear a educação em sua intrínseca tarefa de agenciar a melhoria da qualidade de vida humana: o das necessidades nacionais ou o da liberdade individual?

Se não podemos, em sã consciência, responder com amplitude e pertinência que a Verdade, neste momento, nos exige, podemos seguramente "lançar-nos no mundo" com tenacidade e paixão, como assim queria Jean-Paul SARTRE, e nos fazer mais humanos à medida em que nos empenhamos na luta por idéias que nos dão sentido e significação como pessoas humanas.

E isso, sem dúvida, que dizer que a educação nos deve fazer educadores e não apenas profissionais de ensino e atividades paralelas. E é na assunção desta sua mais difícil tarefa que a educação detém em si uma imprevisível e sempre latente força política, razão que a torna capaz de mudanças em todo o sistema social.

Ao educador compete, portanto, desenvolver junto à comunidade escolar e social uma ampla ação política, não no sentido de adotar esta ou aquela ideologia, mas de tomar decisões justas, com a coragem requerida, nas circunstâncias que, no mundo contemporâneo, mudam constantemente.

DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

CAPÍTULO V

DISCUSSÕES E CONCLUSÕES

1. DISCUSSÃO

Sem dúvida, não se pode analisar as aspirações profissionais dos adolescentes sem levar em consideração o processo de socialização em que a juventude está envolvida e através do qual é levada à interiorização de valores e expectativas da classe social a que pertence.

Ora, até agora a escola brasileira tem feito um discurso irreal para alunos inexistentes em suas salas de aula.

Na verdade, crianças e adolescentes têm sido tratados nas escolas públicas brasileiras como seres abstratos, existentes apenas conforme os conceitos clássicos de infância e adolescência, mais de acordo com a realidade da criança e do adolescente da classe média da população.

Não se tem partido, no trabalho educativo, da realidade psicossocial da criança e do adolescente de escola pública, quase sempre originários das camadas populares, com um universo interiorizado absolutamente diverso do das crianças e jo-

vens de classes sociais mais privilegiadas.

Assim, na escola pública, o estudante menos favorecido tem sido forçado a abdicar de sua realidade existencial.

Portanto, são as condições objetivas da existência da classe média, suas experiências e representações que o jovem interioriza. Por exemplo, o ideal de profissionalização, valor inculcado nos jovens, é sustentado nos estratos médios como meio de ascensão social. Mais do que a busca de identidade, o jovem é levado a optar por uma carreira universitária, dado o valor do profissional de nível superior. Mas, ao enfrentar o mercado de trabalho, o ideal inicial que via o êxito profissional como forma de realização pessoal é subvertido. Agora, o êxito financeiro é importante, confundindo a realização econômica com a realização profissional. Além do mais, as oportunidades de ascensão, no plano profissional, são limitadas, pois dependem de condições econômicas e, por isso, nem todas as profissões estão abertas aos jovens. Portanto, as oportunidades existentes são menores do que as aspirações de poder político, econômico e de busca de *status*. Isto indica limitações não só de classe, mas limitações do sistema. Revela-se então para o jovem que o seu futuro profissional, dadas as suas vinculações de classe é, também, instável e incerto. Isto o leva a uma opção entre duas alternativas opostas: *ou se ajusta e se adapta ao sistema, ou combate, procurando transformar-se e transformar o sistema*, isto é, procurando modificar a sua condição particular de classe e o sistema global⁸⁴.

Para esta última alternativa, obviamente o jovem precisa da educação no exercício de sua função libertadora, inquestionável quando, por opção política, ela passa a considerar como ponto de partida de sua práxis, as experiências já vividas pelos estudantes e que, de alguma forma, lhes possibilitaram desenvolver habilidades, adquirir conhecimentos, incorporar determinada cultura, usar determinada linguagem e até trazer para a escola determinadas expectativas em relação às

suas possibilidades educacionais⁸⁵.

Desse modo, ao assumir-se como educadora, a escola não mais ensinará a crianças e adolescentes inexistentes em sala de aula, mas a pessoas reais, com potencialidades asseguradas e com possibilidades também reais, se assistidas em seus direitos humanos de educação e informação, de fazerem escolhas profissionais compatíveis com a sua singularidade humana e com as suas necessidades de participação social.

2. CONCLUSÕES

As conclusões do presente estudo são múltiplas:

1. as aspirações profissionais dos estudantes das últimas quatro séries do 1º Grau, sujeitos de pesquisa, não apresentam afinidade significativa com as habilitações profissionais de 2º Grau constantes do elenco determinado pela legislação;
2. as aspirações profissionais dos estudantes visam, em sua grande maioria, o acesso a carreiras de nível superior;
3. a maioria das aspirações profissionais de 3º Grau é determinada pelo desejo de ascensão social;
4. as ocupações profissionais escolhidas, de qualquer grau de escolaridade e até mesmo de nenhum nível escolar, atendem às necessidades do setor terciário ou de comercialização e prestação de serviços, tanto na

capital de São Paulo quanto do Paraná;

5. a maioria das aspirações profissionais de baixo nível de escolaridade ocorrem por pressões familiares, dado o interesse imediato de fazer do jovem uma fonte de produção e, conseqüentemente, de acréscimo ao orçamento familiar;
6. a grande maioria das habilitações profissionais de 2º Grau constantes dos dispositivos legais não está presente no mercado de oferta de empregos;
7. os estudantes, em sua totalidade, demonstram não ter qualquer conhecimento da natureza e sequer da existência das mais de 3.000 ocupações profissionais classificadas pelo Ministério do Trabalho e que cobrem, no País, todos os setores da economia.

Esse quadro de extrema complexidade não constitui, obviamente, responsabilidade exclusiva da educação.

É preciso não esquecer que o processo educacional, em suas diversas formas, pode pouco, sobretudo a médio e curto prazos.

Os problemas da pobreza, do desemprego, da ignorância, da desqualificação profissional e da desigualdade social, dependem de soluções a nível econômico, político, administrativo e financeiro, que não podem continuar sendo adiadas sob a falsa idéia de que, com a educação, eles serão resolvidos naturalmente.

Por outro lado, é importante que não se deixe a educação para depois, a pretexto de que, ideologicamente, ela tem

se constituído mais em fator adicional de desigualdade e alienação, do que de equalização e consciência.

E se isto, ao longo da história da educação no Brasil, tem efetivamente ocorrido, é porque tem sido mais cômodo ignorar a relação educação e sociedade, considerando-se os problemas educacionais como unicamente educacionais. Claro está que as contradições da sociedade estão presentes também na escola e que, portanto, para dar-lhes soluções ou pelo menos minimizá-las, as abordagens de trabalho não podem, nem devem, ser meramente educacionais, pois se assim o fizéssemos, incorrer-se-ia no risco de apresentarmos soluções ingênuas e tendenciosas.

Por outro lado, a visão da escola como um dos mais eficazes aparelhos ideológicos do Estado, nos parece parcialmente equivocada: se, de alguma forma, a escola tem reproduzido os valores das classes mais favorecidas, nem por isso tem deixado de mostrar-se em sua função dialética. E é nessa perspectiva libertadora que ela pode efetivamente responder aos interesses das classes trabalhadoras.

Nesta mudança de abordagem, da *escola que adapta o aluno para a escola que se adapta ao aluno*, fatalmente ocorrerá um repensar global da educação, um reposicionamento político dos profissionais da educação e a busca de uma qualidade nova para a escola e, em primeira instância, da pessoa humana.

E, nesta busca, cabe aos educadores - diretores, supervisores, orientadores educacionais, professores e pais - participar de um novo e promissor evento: o de pesquisar em ação conjunta e pela prática social, com a participação do estudan-

te, agora sujeito daquilo que lhe diz respeito, tudo quanto
lhe propicie condições reais de, com discernimento, fazer a
melhor escolha profissional para a sua existência.

A PROPOSTA

A PROPOSTA

1. INTRODUÇÃO

Os resultados da investigação desta dissertação parecem ter oferecido legitimidade suficiente à proposta de um programa de informação e orientação profissional aos adolescentes das últimas séries do 1º Grau.

A crescente complexidade da nossa sociedade e a consequente ampliação e diversificação do mundo do trabalho, aliada à liberdade de escolha e à possibilidade de ascensão social, mais a difícil etapa de evolução econômica e histórica por que passa o País, têm contribuído em muito para tornar a opção profissional uma decisão inquietante.

Aos estudantes, torna-se absolutamente necessário oferecer caminhos. E este, sem dúvida, é uma ação educativa, que envolve, inclusive, a defesa, pela escola, dos direitos humanos de auto-realização, de conquista de um espaço no mundo e, sobretudo, de garantia, pela escolha profissional acertada, de uma vida mais gratificante aos níveis pessoal e social.

2. OS TERMOS DA PROPOSTA

Um trabalho tão delicado quanto esse, de orientação do estudante para a afirmação de aptidões e escolha profissional consciente, não pode, obviamente, desenvolver-se isoladamente, sob a condução de uma pessoa, um grupo ou uma ideologia.

Para que se resguarde a liberdade humana e, nessa medida, se evite, no trabalho educacional, qualquer possibilidade de indução, particular ou ideológica, é preciso que essa orientação seja feita por um grupo de pessoas vinculadas diretamente aos estudantes - pais, professores, especialistas em educação - e de outras tantas interessadas na melhoria da vida humana em geral e que, membros da comunidade, possam auxiliar os estudantes na busca e conquista de profissões que melhor os atendam em suas necessidades pessoais e de participação social.

Nas escolas, o orientador educacional e os professores de Estudos Sociais, pelo conhecimento especializado que têm, o primeiro da complexidade psicológica do adolescente e os segundos, da realidade política, econômica e social do País, poderiam, juntos, elaborar programa de orientação do estudante.

Esse programa deverá caracterizar-se pela permanente flexibilidade, possibilitando mudanças constantes à medida em que os estudantes passem a traçá-lo, num processo de constante participação.

Essa orientação terá por propósito a revelação das situações nacionais que afetam o mercado de trabalho e, sobretudo, a busca de cada um pela compreensão do próprio *eu*.

É indispensável ao educando o conhecimento do próprio *eu*. Gradativamente, durante os anos escolares, deverá fazer essa aprendizagem, conseguindo distinguir suas peculiaridades, originalidades, suas aptidões e interesses e a manifestação dessas características no todo de sua personalidade. Deverá aprender a refletir, objetivamente, sobre suas próprias características, (...) organizar logicamente seu pensamento, tomar iniciativas, assumir responsabilidades, criar, cooperar, planejar, executar e avaliar seu trabalho, explorar, enfim, todo o seu potencial⁸⁶.

Esta conquista, entretanto, deverá ser conjunta: da escola, como agenciadora de conscientização e liberdade, e do estudante, como ser livre. A eles, deverão juntar-se a família e a comunidade.

Na escola, durante as atividades de cada disciplina, os professores deverão mostrar aos estudantes a importância de sua área específica de conhecimento, falar-lhes de sua própria escolha, dos grandes nomes de cada área. Finalmente, deverão propiciar aos alunos condições de avaliação de suas atitudes para com cada uma das áreas do conhecimento e também para com os seus professores, pais, colegas, irmãos, etc...

Auto-avaliando-se, por exemplo, numa atividade de Estudos Sociais, o educando poderá perceber-se como alguém que tem facilidade para imaginar perspectivas e efeitos sobre a realidade social, relações de causalidade, ou como alguém que procura formas novas de resolver os problemas, de estabelecer critérios para análise social. Poderá notar que tem mais facilidade em assuntos históricos do que em elementos de geografia, física ou humana, ou ainda se prefere situações teóricas à aplicação prática de conceitos⁸⁷.

Assim, desenvolver-se-ão atitudes societárias desejáveis.

O aluno se perceberá encolerizado ou calmo, controlado ou impulsivo, enfretando situações ou fugindo delas, organizando e cooperando ou competindo e destruindo. Verificará como seus colegas reagem em situações semelhantes, e projetando-se, e avaliando-se, o educando irá reformulando seu comportamento, frente aos seus fracassos e êxitos⁸⁸.

Dessa forma, à medida em que progride em sua própria auto-avaliação, o estudante evoluirá também no conhecimento do que deseja para si e para os outros, de suas possibilidades e limitações, e finalmente, do que é efetivamente capaz.

Apresentar aos estudantes o maior universo possível de profissões e ocupações de todos os graus de escolaridade, discutir com eles a natureza e importância social de cada uma dessas práticas de vida nas cidades e no interior do País; apresentá-los a pessoas bem sucedidas profissionalmente e a outras que não fizeram para si a melhor escolha e estabelecer entre todos eles um encontro franco e verdadeiramente humano, de troca e respeito; conduzi-los a sindicatos, organizações industriais e comerciais, escolas técnicas e a entrevistas e conferências de profissionais de todas as áreas do trabalho humano e, finalmente, realizar a maior parte dessas atividades com a participação de seus pais, parece-nos um bom começo para o planejamento de um programa dessa natureza.

Nesse trabalho, cabe ao educador papel decisivo, pois é ele quem, em aulas ou sessões de grupo, propondo ou avaliando trabalhos em entrevistas individuais ou coletivas, vai procurar fazer com que o educando sintetize e organize todas as observações feitas sobre si mesmo, vendo-se como uma personalidade organizada e capaz de atuar, mobilizando quanto possível seus recursos pessoais nos planos intelectual, social e afetivo⁸⁹.

Finalmente, é importante que, por princípio pedagógico e respeito à diversidade humana, o processo de orientação vocacional e profissional integre, na escola e na comunidade, todas as áreas do currículo e do trabalho humano.

Importa, ainda, não esquecer jamais que a verdade só se converte em realidade, como dizia KIERKEGAARD, somente quando o homem a produz em sua ação, o que supõe criá-la em sua própria consciência.

Aí está, mais uma vez, a função libertadora da escola.

NOTAS DE REFERÊNCIA

NOTAS DE REFERÊNCIA

¹ROMANELLI, Otaiza O. História da educação no Brasil - 1930/1973. Petrópolis. Vozes, 1978, p.25.

²SUAVET, Theodoro. Dictionnaire économique et social. Paris. Les Éditions Ouvrières, 1962, p.189.

³ROMANELLI, p.26.

⁴SUAVET, p.37.

⁵ROMANELLI, p.26.

⁶FISHER, A.G.B. Economic implications of material progress. International Labour Review (8): 5-18, Jul. 1939.

⁷SCHUMACHER, E.F. O negócio é ser pequeno. Um estudo da economia que leva em conta as pessoas. Rio de Janeiro. Zahar, p.68.

⁸MARQUES PINHO, C. Economia da educação e desenvolvimento econômico. São Paulo. Pioneira, 1970, p.16.

⁹SCHWARTSMAN, Simon. Ciência, universidade e ideologia. Rio de Janeiro. Zahar, 1981, p.102.

¹⁰_____, p.110.

¹¹BOWEN, Howard R. Universidade e recursos humanos. Diálogo. (5):50-56, 1975

¹²BRASIL. Lei 5692, de 11 de agosto de 1971. Fixa dire-

trizes e bases para o ensino do 1º e 2º Graus. IN: Legislação fundamental, org. Pe. José de Vasconcelos. Rio de Janeiro, Ed. Lisa, 1972, p.69.

¹³ROMANELLI, p.23.

¹⁴FERNANDES, Florestan. Educação e sociedade no Brasil. São Paulo. Dominus, 1966, p.4.

¹⁵ROMANELLI, 70.

¹⁶CAMPOS, R.O. Educação e desenvolvimento econômico. IN: CUNHA, L.A. O modelo alemão e o ensino do 2º Grau. São Paulo. Cortez & Moraes, 1975, p.73.

¹⁷NONATO, A.F. Atitudes do estudante de 2º Grau face ao ensino profissionalizante. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1980. Mimeo.p.77.

¹⁸____, p.3.

¹⁹BRASIL. Lei 7044, de 18 de outubro de 1982, que altera dispositivos da Lei 5692/71, referentes à profissionalização do 2º Grau.

²⁰____, artº 6º.

²¹ROMANELLI, p.26.

²²UNESCO. Aprender a ser - relatório sobre o futuro da educação. 1978, p.14.

²³FURTADO, Jorge Alberto. Educação e Trabalho. Ciências Humanas. Rio de Janeiro (9): 14-26, jul. 1979.

²⁴____, p.16.

²⁵BRASIL. Parecer 76/75, do Conselho Federal de Educação. IN: Documenta. Brasília, nº 170, p.37.

²⁶____, p.38.

²⁷____, p.39.

²⁸____, p.39.

²⁹FURTADO, p.19.

³⁰MINISTÉRIO DO TRABALHO. Classificação Brasileira de Ocupações CBO - MT/SINE, 1982, 753p.

³¹FURTADO, p.23.

³²BOWEN, p.55.

³³FURTADO, p.24-5.

³⁴____, p.25.

³⁵RODRIGUES, Marlene. Psicologia educacional - uma crônica do desenvolvimento. São Paulo. McGraw-Hill do Brasil, p. 107.

³⁶____, p. 107.

³⁷FURTER, Pierre. A juventude e o espírito da época: novas tarefas pedagógicas. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro (99): 23-38, 1965.

³⁸RODRIGUES, p.111

³⁹____, p. 109.

⁴⁰____, p. 137.

⁴¹CARVALHO, Inaiá. A escolarização em família das classes trabalhadoras. Cadernos CEAS (83) 44 a 59, SESI, fev. 1983.

⁴²____,

⁴³HURLOCK, Elizabeth B. Desenvolvimento do adolescente. São Paulo. MacGraw-Hill do Brasil, 1979, p. 304.

⁴⁴PIKUNAS, Justin. Desenvolvimento humano- uma ciência emergente. São Paulo. MacGraw-Hill do Brasil, 1979, p. 297.

⁴⁵____, p.298

⁴⁶PAPALIA, Diane E. e OLDS, Sally W. Sicologia del desarrollo de la infancia a la adolescencia. Bogotá. McGraw-Hill 1975, p. 577.

⁴⁷FADUL, Anamaria. Televisão e ideologia. IN: NEOTTI, Clarêncio. Comunicação e ideologia. São Paulo. Loyola, 1980, p. 129.

⁴⁸BRASIL. Lei 5692.

⁴⁹ROMANELLI, p. 236.

⁵⁰____, p. 236.

⁵¹BRASIL. Parecer 339/72. IN: Legislação fundamental - ensino de 1º e 2º Graus. org. Pe. José de Vasconcellos. São Paulo. Lisa, 1972, p.121.

⁵²_____, p. 122.

⁵³BRASIL. Parecer 853/71. IN: Legislação fundamental - ensino de 1º e 2º Graus. org. Pe. José de Vasconcellos. São Paulo. Lisa, 1972, p. 121.

⁵⁴BRASIL. Parecer 339/72. p.123.

⁵⁵_____, p. 123.

⁵⁶_____, p. 123.

⁵⁷_____, p. 123-124.

⁵⁸_____, p. 128.

⁵⁹BRASIL. Resolução nº 2, de 27 de janeiro de 1972, que fixa o elenco de habilitações profissionais para o 2º Grau. IN: Legislação fundamental - ensino de 1º e 2º Graus. org. Pe. José de Vasconcellos. São Paulo. Lisa, 1972, p. 188-191.

⁶⁰BRASIL. Lei 7044.

⁶¹MANTOVANI, Juan. La educación y sus tres problemas. Buenos Aires. El Atenio, 1952, p. 18.

⁶²RODHEN, Humberto. A educação do homem integral. São Paulo. Alvorada, 1979, p. 45.

⁶³PADILHA, Tarcísio M. O primado da existência. Ciências Humanas. Rio de Janeiro (11): 3-5, dez. 1979.

⁶⁴SCHUMACHER, p. 80.

⁶⁵GADOTTI, Moacir. Concepção dialética da educação. Um estudo introdutório. São Paulo. Cortez, 1983, p. 42.

⁶⁶_____, p. 43.

⁶⁷LIBÂNEO, José Carlos. Saber, saber ser, saber fazer. O conteúdo do fazer pedagógico. ANDE. São Paulo, nº especial: 24-28, 1982.

⁶⁸MELLO, Guiomar N. Ensino de 1º Grau: direção ou espontaneismo? Cadernos de Pesquisa. São Paulo (36): 87-110,

fev. 1981.

⁶⁹MELLO, Guiomar N. et alii. As atuais condições de formação do professor de 1º Grau: algumas reflexões e hipóteses de investigação. Cadernos de Pesquisa. São Paulo (45): 71-78, maio 1983.

⁷⁰_____, p. 72.

⁷¹GADOTTI, Moacir. Ação pedagógica e prática social transformadora. Educação e Sociedade. São Paulo (4): 5-14, 1979.

⁷²_____, p. 10.

⁷³_____, p. 10.

⁷⁴_____, p. 11.

⁷⁵TRIGUEIRO, Durmeval. Citado por AMADO, Gildásio. Educação média e fundamental. Rio de Janeiro. José Olympio, 1973, p. 168.

⁷⁶ABREU, Jayme. Citado por AMADO, Gildásio. Educação média e fundamental. Rio de Janeiro. José Olympio, 1973, p. 168.

⁷⁷GADOTTI, 1983, p. 44.

⁷⁸SCHUMACHER, p. 81.

⁷⁹REALE, Miguel. Humanismo e ciência na universidade. Política. Brasília (5): 34-39, set. 1979.

⁸⁰WERNECK, Vera R. A ideologia na educação. Um estudo sobre a interferência da ideologia no processo educativo. Petrópolis, Vozes, 1982, p. 105.

⁸¹FISHER, p. 12.

⁸²KINDLEBERGER, Charles P. Desenvolvimento econômico. São Paulo. McGraw-Hill do Brasil, 1976, p. 178.

⁸³GAZETA DO POVO. Bens e serviços sofrem com imposição do FMI. Curitiba, 29 de janeiro de 1984, p. 11.

⁸⁴MARTINS, Heloísa Helena T.S. Movimento estudantil e reforma universitária. Contexto. São Paulo (1): 119-131, nov. 1976.

⁸⁵GARCIA, Regina L. A qualidade comprometida e o compromisso da qualidade. ANDE. São Paulo, nº especial: 11-15, 1982.

⁸⁶EQUIPE RENOV. Estudos Sociais - uma proposta para o professor. Petrópolis. Vozes, 1976, p. 100-101.

⁸⁷ _____, p. 101.

⁸⁸ _____, p. 102

⁸⁹ _____, p. 103

ANEXOS

ANEXO I - OFERTAS DE EMPREGO EM CURITIBA EM FINS DE 1983, SEM
EXIGÊNCIA DE ESCOLARIDADE PRIMÁRIA COMPLETA

OCUPAÇÕES

1. ajustador mecânico ++
2. salva-vidas +
3. balconista +++
4. patroleiro de base +
5. açougueiro +
6. motorista +++
7. cozinheira +++
8. serralheiro +++
9. armador ++
10. sondador ++
11. eletricista ++
12. encarregado de expedição +
13. ferramenteiro ++++
14. ajustador +++
15. mestre geral de obras civís +
16. instalador de acessórios +
17. porteiro ++
18. angariador de serviços +
19. fresador ++++
20. torneiro ++++
21. chefe de oficina mecânica +
22. mecânico de automóveis +++
23. mecânico de linha ++

24. latoeiro +++
25. mecânico ajustador +++
26. pintor +
27. recauchutador ++
28. vulcanizador ++
29. zelador ++
30. arrumadeira +++
31. torneiro mecânico ++++
32. babá +
33. marceneiro ++
34. doméstica ++++
35. vendedor lojista ++
36. vendedor externo ++++
37. carpinteiro +
38. cobrador de coletivo +
39. cobrador externo ++++
40. cabeleireiro ++
41. manicure ++
42. costureira +++
43. balconista +++
44. promotor de vendas ++++
45. contínuo +
46. almoxarife +
47. retificador +
48. pintor de automóveis +
49. mestre de obras +
50. maitre +
51. assistente de maitre +

52. auxiliar de carpintaria +
53. lavador +
54. padeiro +
55. carreteiro +
56. bloquista +
57. cortador de roupa +
58. operador de solda de ponta +
59. operador de prensa +
60. balanceador de rodas +
61. corretor de cereais +
62. técnico de laboratório fotográfico +
63. copeira ++
64. impressor serigráfico +
65. tingidor de móveis +
66. chaveiro +
67. operador de retífica ++
68. encanador ++
69. mandrilhador +
70. circuleiro serrador +
71. auxiliar de crediário ++
72. montador de móveis +
73. inspetor de alunos +
74. plantonista de vendas ++
75. pizzaiolo
76. tratorista +
77. vigia

CONVENÇÕES - São as mesmas para todos os anexos:

- + - de 1 a 5 empregos ofertados
- ++ - de 6 a 10 empregos ofertados
- +++ - de 11 a 20 empregos ofertados
- ++++ - de 21 a 40 empregos ofertados

ANEXO II - OFERTAS DE EMPREGO EM CURITIBA EM FINS DE 1983, COM
EXIGÊNCIA DE ESCOLARIDADE PRIMÁRIA COMPLETA.

OCUPAÇÕES

1. supervisor de vendas ++
2. auxiliar de compras ++
3. auxiliar de produção ++
4. controlador de qualidade ++
5. instrumentistas eletromecânicos +
6. governanta +
7. auxiliar de contabilidade +++
8. datilógrafo +++
9. telefonista ++++
10. auxiliar de escritório +++
11. vitrinista +
12. pesquisador de mercado ++++
13. corretor de imóveis +++
14. corretor de seguros ++
15. caixa ++
16. dedetizador +
17. inspetor de vendas +
18. auxiliar de enfermagem +
19. operador de custos +
20. kardexista ++
21. faturista +++
22. notista ++
23. demonstradora ++

ANEXO III - OFERTA DE EMPREGO EM CURITIBA EM FINS DE 1983 COM
EXIGÊNCIA DE 2º GRAU COMPLETO

OCUPAÇÕES

1. auxiliar de analista de sistemas ++
2. digitador ++
3. consultor técnico de mecânica +
4. secretária bilingüe ++
5. secretária +++
6. instrumentistas +
7. analista de laboratório ++
8. desenhista de móveis +
9. recepcionista ++++
10. orçamentista +
11. técnico de análises químicas +
12. encarregado de rotinas trabalhistas +
13. operador de renda fixa +
14. auxiliar de publicidade +
15. técnico químico +
16. supervisor de segurança, higiene
e medicina do trabalho +
17. classificador contábil +
18. desenhista de arquitetura ++
19. técnico agrícola
20. redator publicitário +

ANEXO IV - OFERTAS DE EMPREGO EM CURITIBA EM FINS DE 1983 COM
EXIGÊNCIA DE 3º GRAU COMPLETO

OCUPAÇÕES

1. engenheiro mecânico +
2. gerente de sistemas +
3. analista de sistemas ++
4. auditor +
5. bibliotecária +
6. engenheiro civil +
7. analista econômico financeiro +
8. analista de O & M +
9. gerente administrativo financeiro +
10. engenheiro químico +
11. químico +
12. contador ++
13. professor de inglês +
14. professor de educação física +
15. professor de educação artística +
16. analista de métodos +
17. enfermeiro +
18. médico ++
19. nutricionista
20. advogado +
21. programador cobol +
22. assistente financeiro
23. fisioterapeuta

24. publicitário ++
25. psicólogo ++
26. dentista ++
27. relações públicas ++
28. agrônomo ++
29. veterinário ++

ANEXO V - OFERTAS DE EMPREGO EM SÃO PAULO EM FINS DE 1983, SEM
EXIGÊNCIA DE ESCOLARIDADE PRIMÁRIA COMPLETA.

OCUPAÇÕES

1. pedreiro ++++
2. motorista ++++
3. encanador ++++
4. ferramenteiro ++++
5. encarregado de confecção ++
6. mecânico de refrigeração ++
7. classificador de algodão ++
8. contra-mestre para teares ++
9. auxiliar de crédito e cobrança ++++
10. letrista +++
11. governanta ++
12. vigia ++++
13. torneiro ++++
14. fresador ++++
15. cabeleireiro ++++
16. guarda ++++
17. balconista ++++
18. vendedor ++++
19. corretor ++++
20. fiscal ++++
21. calceiro ++

- 22. camiseiro ++
- 23. arrumadeira ++++
- 24. cozinheira ++++
- 25. doméstica ++++
- 26. modelista +++
- 27. datilógrafo ++++

ANEXO VI - OFERTAS DE EMPREGO EM SÃO PAULO EM FINS DE 1983 COM
EXIGÊNCIA DE ESCOLARIDADE PRIMÁRIA COMPLETA.

OCUPAÇÕES

1. supervisor de manutenção de máquinas ++
2. arquivista +++
3. notista ++++
4. pesquisador de mercado ++++
5. promotor de vendas ++++
6. técnico têxtil +++
7. recepcionista ++++
8. almoxarife +++
9. contatos ++++
10. cronometrista ++
11. impressor +++
12. operador de telex ++
13. telefonista ++++
14. manequim ++++
15. modelo fotográfico ++++
16. desenhista projetista ++++

ANEXO VII - OFERTAS DE EMPREGO EM SÃO PAULO EM FINS DE 1983
COM EXIGÊNCIA DE ESCOLARIDADE SECUNDÁRIA.

OCUPAÇÕES

1. redator publicitário +++
2. técnico mecânica agrícola +
3. técnico químico +
4. supervisor de laboratório +
5. técnico de usinagem +
6. controlador de orçamentos +
7. técnico em contabilidade +++
8. secretária ++++
9. protético ++
10. taquígrafa +
11. projetista de dispositivos +
12. analista químico ++
13. aeromoça ++
14. professora para pré-escola ++
15. pesquisador +++

ANEXO VIII - OFERTAS DE EMPREGO EM SÃO PAULO EM FINS DE 1983
COM EXIGÊNCIA DE ESCOLARIDADE SUPERIOR.

OCUPAÇÕES

1. programador de microcomputador ++
2. gerente de marketing +++
3. químico ++
4. publicitário ++++
5. professor de matemática +
6. professor de física +
7. professor de inglês +
8. professor de geografia +
9. bibliotecária +
10. arquiteto +
11. psicóloga +
12. fonoaudióloga +
13. engenheiro eletricista ++++
14. engenheiro eletrônico ++
15. engenheiro de projetos ++
16. engenheiro naval ++
17. engenheiro civil ++
18. engenheiro mecânico +++
19. engenheiro industrial +++
20. engenheiro de alimentos ++
21. engenheiro de segurança no trabalho +
22. administrador de empresa +++
23. auxiliar de administração ++

24. gerente de vendas ++++
25. farmacêutico bioquímico +
26. veterinário +
27. gerente em geral ++++
28. gerente de contabilidade ++
29. agrônomo +
30. contador +++
31. assistente financeiro ++
32. auditor ++
33. enfermeiro do trabalho +
34. nutricionista +
35. médico ++++
36. advogado +++
37. analista de sistema pleno +++
38. assistente de exportação ++
39. analista de custos e salários +++
40. analista de O & M +++
41. analista de métodos +++
42. analista de sistemas ++++
43. auditor de sistemas ++
44. gerente médico-científico +
45. médico do trabalho +
46. secretária executiva ++++

ANEXO IX - COMPARAÇÃO DOS MERCADOS DE OFERTA DE EMPREGOS EM
FINS DE 1983, NAS CIDADES DE CURITIBA E SÃO PAULO,
CONFORME EXIGÊNCIA DE ESCOLARIDADE.

CURITIBA		SÃO PAULO	
Nº Ocupações	Nível Escolar	Nº Ocupações	Nível Escolar
77	1º Grau Completo	27	1º Grau Completo
23	1º Grau	16	1º Grau
20	2º Grau	15	2º Grau
29	3º Grau	46	3º Grau

GLOSSÁRIO

GLOSSÁRIO

APRENDIZAGEM - processo de percepção, apreensão, memorização e interiorização de fatos e idéias através do raciocínio, da capacidade de associação com outros fatos e idéias e da capacidade de transferí-las da situação inicial para outras situações.

EFICÁCIA - define a adequação de um programa de trabalho às exigências da sociedade como um todo. Diz respeito ao valor, à essência e à viabilidade de seus objetivos.

EFICIÊNCIA - capacidade de produzir muito em pouco tempo. Diz respeito à produtividade e rendimento.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL - condição resultante de um processo através do qual uma pessoa torna-se capaz para o exercício de uma profissão ou ocupação técnica.

IDEOLOGIA - é o processo através do qual as idéias de um grupo ou classe social tornam-se idéias de todos os grupos ou classes sociais.

INICIAÇÃO PARA O TRABALHO - atividades desenvolvidas pelos educandos de 1º Grau, na escola e na comunidade, com o objetivo de orientá-los sobre o universo de profissões existentes, o mercado de trabalho disponível em suas localidades, os diversos sistemas de produção e prestação de serviços, além de *prática inicial* na execução de tarefas simples virtualmente capazes de desenvolver a criatividade do aluno, seu espírito de organização e avaliação da qualidade, além de evidenciar-lhes a utilidade do trabalho e iniciá-los na experimentação de técnicas básicas.

PRÁXIS - prática social; atividade socialmente produtiva.

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL - resultado do processo através do qual a pessoa inicia e conclui uma determinada aprendizagem de natureza técnica e profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ABREU, Jayme. Educação, sociedade e desenvolvimento. Rio de Janeiro, MEC, 1968, 237p.
2. _____. Fatores sociais atuantes no currículo da escola secundária. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, (99); 53-71, set. 1965.
3. AMADO, Gildásio. Educação média e fundamental. Rio de Janeiro. José Olympio, 1973, 340p.
4. BARROS, R.S.M. Diretrizes e bases da educação nacional. São Paulo. Pioneira, 1966, 577p.
5. BOWEN, Howard R. Universidade e recursos humanos. Diálogo. (5): 50-56, 1975.
6. BRASIL. Lei 7044, de 18 de outubro de 1982, que altera dispositivos da Lei 5692/71, referentes à profissionalização no 2º Grau.
7. BRASIL. Parecer 76/75, do Conselho Federal de Educação. IN: Documenta. Brasília, nº 170, p.37.
8. BREJON, Moisés. A educação geral e a educação técnica. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro (112): 245-249, dez. 1968.
9. _____. Estrutura e funcionamento do ensino de 1º e 2º Graus. São Paulo. Pioneira, 1973, 270p.

10. BUNGE, M. La investigación científica. Barcelona. Ariel, 1969, 954p.
11. CARVALHO, Inaia. A escolarização em família das classes trabalhadoras. Cadernos do CEAS (83): 44 a 59, SESI fev. 1983.
12. CHAGAS, W. Núcleo comum para os currículos do ensino de 1ª e 2ª Graus. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro (107): 44-59, set. 1967.
13. CHARLOT, Bernard. A mistificação pedagógica. Rio de Janeiro, Zahar, 1979, 314p.
14. CENTER FOR CONTEMPORARY CULTURAL STUDIES OF BIRMINGHAM UNIVERSITY. Da ideologia. Rio de Janeiro. Zahar, 1980, 330p.
15. COOBS, P.H. La crisis mundial de la educación. Barcelona. Ediciones Península, 1971, 221p.
16. CUNHA, L.A. O modelo alemão e o ensino do 2º Grau. São Paulo. Cortez & Moraes, 1975, 230p.
17. DUVERGER, M. Ciência política. Rio de Janeiro. Zahar, 1981, 341p.
18. EQUIPE RENOV. Estudos Sociais - uma proposta para o professor. Petrópolis. Vozes, 1976, 106p.
19. FERNANDES, Florestan. Educação e sociedade no Brasil. São Paulo. Dominus, 1966, 614p.
20. FISHER, A.G.B. Economic implications of material progress. International Labour Review (8): 5-18, jul. 1939
21. FONSECA, F.D. la reforme du second degré au Brésil. Perspectives. Paris, UNESCO, p.89-98, 1974.
22. FOULQUIÉ, P. Dictionnaire de la langue pédagogique. Paris. PUF, 1971, 438p.
23. FURTADO, C. O mito do desenvolvimento e o futuro do Terceiro Mundo. Argumento. Rio de Janeiro (1): 46-54, out. 1973.

24. _____. O modelo brasileiro. Argumento. Rio de Janeiro (3): 25-36, 1974.
25. FURTADO, Jorge Alberto. Educação e Trabalho. Ciências Humanas. Rio de Janeiro (9): 14-26, jul. 1979.
26. GADOTTI, Moacir. Ação pedagógica e prática social transformadora. Educação e Sociedade. São Paulo (4): 5-14, 1979.
27. _____. Concepção dialética da educação. Um estudo introdutório. São Paulo. Cortez, 1983, 175p.
28. GARCIA, Regina L. A qualidade comprometida e o compromisso da qualidade. ANDE. São Paulo. nº especial: 11-15, 1982.
29. GAZETA DO POVO. Bens e serviços sofrem com imposição do FMI. Curitiba, 29 de janeiro de 1984, p.11.
30. GIACAGLIA, Lia Renata A. e PENTEADO, Vilma M.A. Educação para a escolha profissional. São Paulo, Atlas, 1978, 114p.
31. GOLDGERG, Maria Amélia A. e Ferretti, Celso J. Precisa-se de técnicos. São Paulo EPU, 1974, v. 1, 86p.
32. HURLOCK, Elizabeth B. Desenvolvimento do adolescente. São Paulo. McGraw-Hill do Brasil, 1979, 624p.
33. JAGUARIBE, Hélio. Mudança política, revolução e reforma. Argumento. Rio de Janeiro (2): 57-71, nov. 1969.
34. KINDLEBERGER, Charles P. Desenvolvimento econômico. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1976, 434p.
35. LALANDE, A. Vocabulaire technique et critique de la philosophie. Paris. PUF, 1972, 623p.
36. LIBÂNEO, José Carlos. Saber, saber ser, saber fazer. O conteúdo do fazer pedagógico. ANDE. São Paulo, nº especial: 24-28, 1982.
37. LIMA, Lauro O. O impasse da educação. Petrópolis, Voses, 1969, 382p.

38. MARQUES PINHO, C. Economia da educação e desenvolvimento econômico. São Paulo. Pioneira, 1970, 323p.
39. MARTINS, Heloísa T.S. Movimento estudantil e reforma universitária. Contexto. São Paulo (1): 119-131, nov. 1976.
40. MANTOVANI, Juan. La educación y sus tres problemas. Buenos Aires. El Ateneo, 1952, 172p.
41. MELLO, Guiomar N. Ensino de 1º Grau: direção ou espontaneísmo? Cadernos de Pesquisa. São Paulo (36): 87-110, fev. 1981.
42. ____ et alii. As atuais condições de formação do professor de 1º Grau: algumas reflexões e hipóteses de investigação. Cadernos de Pesquisa. São Paulo (45): 71-78, maio 1983.
43. MINISTÉRIO DO TRABALHO. Classificação Brasileira de Ocupações - CBO -. MT/SINE, 1982, 753p.
44. NONATO, A.F. Atitudes do estudante de 2º Grau face ao ensino profissionalizante. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1980. Mimeo. 286p.
45. PADILHA, Tarcísio M. O primado da existência. Ciências Humanas. Rio de Janeiro (11): 3-5, dez. 1979.
46. PAPALLA, Diane E. e OLDS, Sally W. Sicologia del desarrollo de la infancia a la adolescencia. Bogotá. McGraw-Hill, 1975, 632p.
47. PIKUNAS, Justin. Desenvolvimento humano - uma ciência emergente. São Paulo. McGraw-Hill do Brasil, 1979, 494p.
48. PEREIRA, J.C. Aspectos econômicos e extra-exonômicos da educação. Ciência e Cultura (9): 1217-8, set. 1981.
49. PEREIRA L. Subdesenvolvimento e desenvolvimento. Rio de Janeiro. Zahar, 1969, 230p.

50. _____. Desenvolvimento, trabalho e educação. Rio de Janeiro. Zahar, 1974, 254p.
51. SCHUMACHER, E.F. O negócio é ser pequeno. Um estudo da da economia que leva em conta as pessoas. Rio de Janeiro. Zahar, 1976, 261p.
52. SCHWARTZMAN, Simon. Ciência, universidade e ideologia. Rio de Janeiro. Zahar, 1981, 165p.
53. SEIFFERT, Raquel Q. Mercado de trabalho e estágio profissionalizante. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1980, 67p.
54. SUAVET, Th. Dictionnaire économique et social. Paris. Les Éditions Ouvrières, 1962, 587p.
55. REALE, Miguel. Humanismo e ciência na universidade. Política. Brasília (5): 34-49, set. 1979.
56. ROHDEN, Humberto. A educação do homem integral. São Paulo. Alvorada, 1979, 213p.
57. RODRIGUES, Marlene. Psicologia educacional - uma crônica do desenvolvimento humano. São Paulo. McGraw-Hill do Brasil, 1978, 305p.
58. ROMANELLI, Otaiza O. História da Educação no Brasil - 1930/1973. Petrópolis. Vozes, 1978, 267p.
59. VASCONCELLOS, José. Legislação fundamental - ensino de 1º e 2º Graus. São Paulo. Lisa, 1972, 348p.
60. VILLALOBOS, José Eduardo. O problema dos valores na formação e funcionamento do sistema educacional brasileiro. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro (75): 34-49, set. 1949.
61. WERNECK, Vera R. A ideologia na educação. Um estudo sobre a interferência da ideologia no processo educativo. Petrópolis. Vozes, 1982, 131p.